

PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

Universidade de Brasília (UASG 154040)

Decanato de Administração e Finanças – DAF

Diretoria de Compras – DCO

Coordenadoria de Licitações

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de fornecimento de mão de obra e materiais/equipamentos necessários para a prestação dos serviços continuados de pessoal - coletores de resíduos de serviços de saúde e motoristas manipuladores para transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados nas dependências da Universidade de Brasília em seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas unidades dispersas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.200.544,80 (um milhão, duzentos mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

REGIME DE EXECUÇÃO:

empreitada por preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP compras.gov.br e apresente a sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO -----

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO -----

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO -----

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO -----

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA -----

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	-----
7. DA FASE DE JULGAMENTO	-----
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	-----
9. DO TERMO DE CONTRATO	-----
10. DOS RECURSOS	-----
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	-----
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	-----
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	-----

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23106.062993/2024-14)

Torna-se público que a Universidade de Brasília, por meio da Coordenadoria de Licitações – DAF/DCO/COL, sediado no Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da Reitoria 2º Andar, Brasília – DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de fornecimento de mão de obra e materiais/equipamentos necessários para a prestação dos serviços continuados de pessoal - coletores de resíduos de serviços de saúde e motoristas manipuladores para transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados nas dependências da Universidade de Brasília em seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas unidades dispersas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **grupo único, formado por 2 itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. **Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. **A participação na licitação é aberta a AMPLA CONCORRÊNCIA.**

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de

bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. sociedade cooperativas;

2.8.12. pessoas físicas

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#)

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo o quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item expresso em Reais (R\$)

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta,

ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.**

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre

o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o estipulado no sistema www.gov.br/compras.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. Foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos

licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei (carece de regulamentação, não será aplicado);

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro

de 2025;

6.19.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas brasileiras;

6.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. **Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em formato excel ou equivalente, com as memórias de cálculo em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, e
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
 - 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
 - 7.7.1. **Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) 2024/2025 com vigência no período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.**
 - 7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 7.8.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. **No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:**

7.15.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.15.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.15.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e

formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.15.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.15.5. **cópia da capa da Declaração de Débitos e Créditos Federais (DCTF) ou outro documento similar, de modo a comprovar o regime tributário adotado pela empresa; e**

7.15.6. **cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social (GFIP) e/ou FAPWeb de modo a comprovar o valor do RAT ajustado.**

7.16. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.17. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.18. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.19. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou

consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas** para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. **O Pregoeiro enviará e-mail para o adjudicatário realizar o cadastro de usuário externo do Sistema Eletrônico SEI. Após o cadastro, o adjudicatário terá acesso ao link do processo no SEI para que seja assinado digitalmente em até 02 dias úteis o Termo de Contrato.**

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período,

por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.**

9.7. **Na hipótese de irregularidade será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização perante o cadastro. O prazo poderá ser prorrogado, a pedido, mediante justificativa.**

9.8. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a de 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de

aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.daf.unb.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: col@unb.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.daf.unb.br
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Anexo II do Termo de Referência - Termo de Ciência e concordância;
 - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.2. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;
 - 13.11.3. Anexo VII – Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical;
 - 13.11.4. ANEXO VIII - Memória de Cálculo em formato pdf.;
 - 13.11.5. ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços, em formato editável (formato excel) utilizada no processo. Poderá ser acessada no SIASG junto ao arquivo do edital.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA EUGENIO DOS SANTOS, Contador(a) do Decanato de Administração**, em 12/05/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14213549** e o código CRC **B74D7497**.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Termo de Referência 26/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	154040-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	SILVIO PARREIRA DA ROCHA JUNIOR	11/05/2026 15:22 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23106.062993/2024-14

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23106.062993/2024-14)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de fornecimento de mão de obra e materiais/equipamentos e veículos dimensionados conforme estimativas constantes neste Termo de Referência, necessários para a prestação dos serviços continuados de pessoal - coletores de resíduos de serviços de saúde e motoristas manipuladores para transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados nas dependências da Universidade de Brasília em seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas unidades dispersas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES)
1	Coletor de Resíduos de Saúde (RSS)	19380	Posto de Trabalho	4	R\$ 7.222,97	R\$ 28.891,88	R\$ 693.405,12
2	Motorista manipulador	15008	Posto de Trabalho	2	R\$ 10.565,41	R\$ 21.130,82	R\$ 507.139,68
Total				6		R\$ 50.022,70	R\$ 1.200.544,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar em anexo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua prestação é essencial e permanente ao funcionamento regular das atividades institucionais, não se exaurindo em uma única entrega. Sua interrupção comprometeria a continuidade do serviço público, razão pela qual exige execução reiterada e ininterrupta ao longo do tempo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **24 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Universidade de Brasília – PLS 2023–2027 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, estando o procedimento licitatório estruturado em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável da UnB (PLS 2023–2027):

4.1.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

4.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.1.3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.4. Orientar para realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos das legislações vigentes;

4.1.5. Informar a CONTRATANTE, práticas incoerentes com as normas ambientais vigentes (luzes e equipamentos ligados desperdiçando energia elétrica, aparelhos que apresentem ruídos contínuos danosos).

4.1.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e segurança do trabalho.

4.1.7. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999 e Resolução CONAMA nº 401/2008.

4.1.8. Tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

4.1.9. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

4.1.10. Ainda observar:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obra.

4.1.11. Apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, preferencialmente em papel timbrado, conforme orienta a Seção 15 - Modelo I deste Termo de Referência.

4.1.12. Quanto ao gerenciamento dos resíduos, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Sólidos (PGRS) elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei n.º 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resolução CONAMA n.º 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 -ANVISA.

4.1.13. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos como rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público;
- em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.14. A contratada deverá priorizar a contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou com deficiência, promovendo a inclusão social e a diversidade no ambiente de trabalho, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.15. Implementação de coleta seletiva, separando resíduos orgânicos, recicláveis e perigosos, conforme IN 01 /2010.

4.1.16. A contratada deverá implementar medidas para reduzir o uso de materiais descartáveis na execução dos serviços, incentivando o uso de copos e utensílios reutilizáveis em áreas internas, conforme IN 01/2010.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.21. Requisitos de formação, experiência e competências por função

4.21.1. A execução contratual observará as atribuições, requisitos de formação e experiência mínima, bem como as competências pessoais exigidas para cada função, conforme descrito a seguir.

4.21.2. Os empregados a serem contratados devem possuir experiência mínima de 6 (seis) meses e/ou cursos na área relacionadas à resíduos e segurança.

1. Para os coletores - Noções de manipulação de resíduos perigosos. Segurança no trato com resíduos, noções de prevenção de incêndios e noções de riscos a saúde - comprovação por meio de cursos.
2. Para motorista - possuir carteira nacional de habilitação (CNH) categoria D ou E, possuir experiência como condutor de veículos na categoria de sua habilitação e Curso MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Compete aos Coletores de resíduos serviços de saúde (RSS) :

1. Realizar a coleta dos resíduos de serviços de saúde, classificados de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB.
2. Realizar a coleta de materiais reciclados gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
3. Auxiliar no processo de pesagem e movimentação destes resíduos na área do depósito temporário de resíduos perigosos;
4. Auxiliar no processo de segregação e embalagem dos resíduos para encaminhamento para descarte;
5. Realizar a segregação, triagem, pesagem e movimentação dos resíduos reciclados;
6. Quando apropriado, proceder ao descarte de material;
7. Realizar a manutenção (limpeza e organização) da área do depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR e dos pré-postos de coleta de resíduos;
8. Realizar a entrega de reagentes vencidos em bom estado nos laboratórios da UnB decorrentes do sistema de redistribuição de reagentes coletados e utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
9. Proceder ao recebimento dos resíduos nos laboratórios, biotérios, pré-postos de resíduos e quaisquer locais geradores de resíduos perigosos de acordo com as regras do sistema de gerenciamento de resíduos da SeMA /CGR;
10. Recolher animais mortos nas instalações prediais da universidade e encaminhamento para o descarte adequado ou para o Laboratório de Patologia Veterinária (LPV) da UnB;
11. As coletas de animais mortos estão restritas a subir em alturas inferiores a 2,0 m de acordo com o que preconiza a NR35;

12. As coletas se limitarão a situações onde não é necessário alterar estruturas físicas da edificação, como retirada de forro, retirada de calhas de iluminação, abertura de quadros de energia e rede de dado, telhados e outros. Nestas situações deverão ser acionadas equipes de manutenção da universidade para realizar a retirada do animal e a entrega a equipe de coleta.
13. Organizar e contar as lâmpadas fluorescentes e especiais queimadas que são encaminhadas ao depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR;
14. Permanecer no posto de serviço designado pela SeMA/CGR, durante a jornada de trabalho, estando à disposição para atender as tarefas solicitadas pela SeMA/CGR.

Compete ao motorista manipulador:

1. Conduzir o veículo utilizado para coleta dos resíduos perigosos;
2. Conhecer itens de manutenção básica de veículos;
3. Executar inspeção no veículo, observando o estado geral da bateria, pneus, sistema de freios, para garantir que o mesmo se encontra em condições de operação;
4. Auxiliar na manutenção (limpeza e organização) da área do depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR e dos pré-postos de coleta de resíduos;
5. Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e condições de funcionamento satisfatórios, comunicando à SeMA/CGR qualquer irregularidade;
6. Auxiliar na coleta, movimentação e transporte dos resíduos reciclados gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
7. Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas ao veículo sob sua responsabilidade;
8. Manter o veículo convenientemente limpo e abastecido;
9. Permanecer no posto de serviço designado pela SeMA/CGR, durante a jornada de trabalho, estando a disposição para atender as tarefas solicitadas pela SeMA/CGR;
10. Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial, bem como as demais normas e legislações vigentes;
11. Auxiliar na coleta, armazenamento no veículo e transporte dos resíduos de serviços de saúde, classificados de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
12. Auxiliar, a equipe técnica da SeMA, no transporte de animais mortos capturados na UnB para o encaminhamento para o Hospital Veterinário (HJET) ou para o Laboratório de Patologia Veterinária (LPV) da UnB;
13. Auxiliar na entrega de reagentes vencidos em bom estado nos laboratórios da UnB decorrentes do sistema de redistribuição de reagentes coletados e utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
14. Auxiliar no processo de pesagem e movimentação dos resíduos na área do depósito temporário de resíduos perigosos;
15. Auxiliar no processo de segregação e embalagem dos resíduos para o transporte ao depósito temporário de resíduos perigosos da SeMA/CGR.
16. Realizar o transporte, quando necessário de servidores da SeMA para realização de suas atividades.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Os postos de serviços, serão alocados no Depósito Temporário de Resíduos Químicos da Coordenação de Gerenciamento de Resíduos Perigosos da UnB (SeMA/CGR) e deste local serão encaminhados para a realização dos serviços de coleta nos laboratórios, biotérios e Hospitais Veterinários de pequeno e grande porte, localizadas na Universidade de Brasília e nos seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas Unidades Dispersas.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

Os serviços serão prestados no âmbito da CONTRATANTE, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, conforme IN 148/2026, de acordo com a necessidade da administração pública, diariamente, de segunda a sexta-feira, não computando nesse período o intervalo para refeição e descanso, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, Acordos ou Convenções Coletivas.

1. A jornada diária de trabalho será definida de acordo com a necessidade da administração pública e as rotinas de trabalho do órgão,
2. Poderá ser solicitada a presença de postos de trabalho em finais de semana, feriados e demais dias sem expediente, em razão de necessidade excepcional de serviço com a respectiva compensação de jornada para o trabalhador, na forma da legislação vigente, sob controle da empresa CONTRATADA.
3. A CONTRATANTE, mediante comunicação do Fiscal do Contrato, poderá dispensar os empregados da CONTRATADA, em razão de feriados e recessos exclusivos da CONTRATANTE, sendo que nesse caso as horas não trabalhadas pelos empregados serão creditadas no banco de horas a favor da CONTRATANTE, devendo ser planejada pela fiscalização a compensação sob controle da CONTRATADA.
4. Aos sábados, caso haja necessidade, poderá ocorrer solicitação do Fiscal do Contrato, no sentido de que seja colocado à disposição parte ou a totalidade dos profissionais, para que cumpram jornada de 4 (horas), as quais, por perfazerem o quantitativo apresentado no art. 7º, inciso XIII da Constituição Federal, não possuirão o poder de deferir o adicional de horas extraordinárias.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

1. Os EPIs deverão ser fornecidos em quantidades suficientes e necessárias (conforme Anexo) para garantir a proteção dos empregados e a perfeita execução dos serviços, sendo que o primeiro fornecimento deverá ocorrer no início da prestação dos serviços.
2. A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, a substituição daqueles EPIs que não atendam às condições mínimas de proteção dos empregados e a perfeita execução dos serviços. É de responsabilidade da CONTRATADA as despesas de aquisição, de utilização e de manutenção de todos os equipamentos disponibilizados (automóveis e lanternas), devendo garantir a disponibilidade dos equipamentos na quantidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
3. Os EPIs deverão ser entregues mediante Termo de Responsabilidade, cuja cópia deverá ser fornecida à CONTRATANTE em anexo à próxima nota fiscal. Entretanto, a CONTRATADA não poderá repassar o custo desses EPIs aos ocupantes dos postos de serviços.

5.4.2. Descrição dos EPIs:

1. Bota de segurança - Bota de segurança de couro, cor preta, modelo masculino, confeccionada em vaqueta hidrofugada, curtida ao cromo, antifungo, antibactéria, palmilha de montagem antifungo/antibactéria, costurada ao cabedal no sistema strobel, solado de poliuretano bidensidade, bicolar com injeção direta no cabedal, com sistema shock absorber (absorção de impacto) e biqueira confeccionada em material resistente. Numeração a definir. **Reposição mínima: semestral, ou sempre que apresentar desgaste ou perda de proteção.**
2. Óculos de Proteção – Óculos para proteção contra impactos e respingos, lente em policarbonato com 2,2 mm de espessura, revestida com tratamento contra riscos e arranhões, haste lateral em policarbonato com ventilação, visão panorâmica. **Reposição mínima: anual, ou sempre que apresentar danos, riscos ou perda de visibilidade.**
3. Óculos de segurança ampla visão - Óculos de segurança ampla visão, com lente de proteção em policarbonato, com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, ventilação indireta, armação em PVC flexível e elástico ajustável. **Reposição mínima: anual, ou sempre que apresentar danos ou perda de vedação/visibilidade.**

- OBS.: Caso colaborador terceirizado utilize óculos de grau, os óculos de proteção fornecidos devem ter espaço suficiente para a utilização do óculos de grau.

4. Luva Nitrílica com punho e segurança - Luva de segurança confeccionada em algodão, formato anatômico, totalmente recoberta em borracha nitrílica, com resistência mecânica e química, punho de lona mais longo e firme para proteger o pulso do usuário no manuseio de tambores e bombonas. Tamanho a definir. **Reposição: contínua, conforme desgaste, contaminação ou perda de eficácia.**
5. Creme de Proteção - Creme de proteção com protetor solar para as mãos, contra água, óleo e pintura, grupo 03, especial, pote com 200 gr., isento de silicone, com validade mínima de 06 meses. **Reposição: contínua, conforme consumo, garantindo disponibilidade permanente.**

6. Máscara com Filtro Químico - Respirador semi-facial confeccionado em silicone, flexível e atóxica, válvula de inalação, duas válvulas de exalação, conjunto de cinta articulável, aranha metálica, com um ou dois suportes para cartucho de rosca para proteção combinada contra vapores orgânicos e gases ácidos. **Reposição mínima: anual para a máscara, ou antes, conforme desgaste.**
 - Filtro para Máscara - Filtro contra vapores orgânicos e gases ácidos. Reposição: conforme saturação do filtro ou orientação do fabricante, devendo ser garantida sua substituição sempre que perder a eficácia.
7. Respirador semi-descartável tipo PFF-3 com válvula. **Reposição: contínua/diária, sendo descartado após uso ou sempre que houver contaminação ou perda de eficiência.**
8. Luva de PVC - Luva de PVC forrada com comprimento de 46 cm cor verde, palma áspera para proteção contra produtos químicos e áreas úmidas com a presença de detritos orgânicos. Deve ser resistente a abrasão. Tamanho a definir. **Reposição: contínua, conforme desgaste ou contaminação.**
9. Avental frontal tipo barbeiro com manga longa e elástico no punho, alças para ajuste na cintura fabricado de polietileno de alta densidade. Tamanho a definir. **Reposição mínima: anual, ou conforme desgaste ou contaminação.**
10. Boné ou chapéu tipo legionário - brim com abas. Tamanho a definir. **Reposição mínima: semestral, ou conforme desgaste.**
11. Cinta ergonômica abdominal com suspensório confeccionado em material elástico de alta qualidade - para proteção da coluna e da parte lombar na movimentação de materiais pesados. Tamanho a definir. **Reposição mínima: anual, ou conforme perda de elasticidade ou funcionalidade.**
12. Luva nitrílica - Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, reforçada, sem pó, com resistência química para diversas atividades sem perder o tato e a sensibilidade. Tamanho a definir. **Reposição: contínua, conforme uso, desgaste ou contaminação.**
13. Caixa de luva nitrílica descartável - do tipo para procedimentos, não estéreis, sem pó, texturizadas, ambidestras, descartáveis e de uso único para atividades de manuseamento mais sensíveis. **Reposição: contínua, conforme consumo, sendo de uso único e obrigatório descarte após utilização.**

5.4.5. Todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) devem possuir o Certificado de Aprovação (CA) devidamente válido perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respeitadas as reposições previstas nas especificações do fabricante;

5.4.6. O fornecimento dos Uniformes e dos EPI's deverá ser efetivado da seguinte forma:

1. Um conjunto completo, contendo todos itens, conforme quadro abaixo, ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído conforme durabilidade indicada no modelo de proposta que não pode ser alterado sob pena de desclassificação, ou em qualquer época, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação e segurança;

2.	Item	Descrição	Descrição detalhada	Quantidade
1	Uniforme	Camiseta masculina manga curta	Camiseta masculina, manga curta, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir.	3
2	Uniforme	Camiseta masculina manga longa	Camiseta masculina, manga longa, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir.	1
3	Uniforme	Calça tática	Calça tática masculina em tecido ripstop profissional com 6 bolsos (2 frontais superiores, 2 laterais na altura do joelho e 2 traseiros com velcro), costuras reforçadas, passador para cinto, reforço estrutural. Numeração a definir.	2
4	Uniforme	Jaleco de segurança	de Jaleco em brim (100% algodão), comprimento abaixo dos joelhos, manga longa, gola tipo colarinho, abotoamento frontal, com 3 bolsos frontais. Numeração e cor a definir.	2
5	Uniforme	Japona térmica impermeável	Japona confeccionada em tecido de náilon com forro térmico em manta acrílica, com 2 bolsos externos e 1 interno, fechamento em zíper. Proteção contra agentes térmicos (frio intenso). CA de referência: 25175. Numeração a definir.	1
6	Uniforme	Cinto tático	Cinto tático reforçado em nylon de alta resistência, com fivela metálica de engate rápido, resistente à água, abrasão e impactos.	1
7	Uniforme	Par de meia	Par de meia masculina em algodão, confortável, cano médio, na cor preta. Tamanho a definir.	4

3. Os tamanhos tanto dos uniformes, quanto dos EPIs, devem estar adequados ao tamanho que cada colaborador necessitar. Caso não estejam de acordo, a CONTRATANTE irá solicitar a troca e a substituição de imediato;
4. Os uniformes e EPI's deverão ser entregues mediante recibo, que poderá ser solicitada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato a qualquer tempo;

5. Os uniformes disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser completos, bem como, estar em perfeitas condições de uso, sem furos, rasgos, desfiados e outros e que sejam preferencialmente novos;
6. Os uniformes em utilização serão mantidos em bom estado de conservação e serão disponibilizados em quantidade suficiente para permitir troca diária pelos colaboradores;
7. Os EPI's fornecidos pela CONTRATADA deverão ser novos ou estarem em boas condições de uso, possuir certificação/autenticação do INMETRO e prazo de validade vigente e compatível com a periodicidade do uso pelo colaborador;
8. A empresa deverá fornecer os EPI's em quantidade suficiente que atenda a demanda dos serviços, repondo sempre que necessário sendo realizada a troca imediata sempre que danificado, não sendo admitida a execução dos serviços pelos colaboradores sem a utilização de equipamentos de segurança. Deverão ser entregues em quantidades que atendam a demanda mensal do serviço;
9. Fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo substituir a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas, 01 (uma) calça tática e 01 (um) jaleco; 02 (dois) pares de meias. A cada 01(um) ano, 01(uma) japonsa térmica impermeável; 01(um) cinto tático.
10. Substituir os itens danificados ou quando solicitado pela equipe de fiscalização do contrato, caso haja danos devido ao contato com produtos químicos ou ao uso durante as atividades laborais;
11. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE uma amostra do uniforme antes da efetiva entrega aos funcionários para avaliação e aprovação;
12. Fornecer qualquer peça do uniforme sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após comunicação por escrito da CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou para os empregados.

5.4.7. Veículo para coletas

1. 01(um) Veículo tipo FURGÃO: Veículo tipo FURGÃO especializado para coleta e transporte de resíduos perigosos para atender as legislações de resíduos perigosos, zero quilômetro, cor branca, ano/modelo igual ou posterior à data da contratação, adaptado para o transporte de produtos perigosos, combustível diesel, ar condicionado, separação entre a cabine do motorista e o compartimento de carga, direção hidráulica/elétrica, capacidade para transportar três pessoas, sendo um motorista e dois passageiros; Capacidade de carga útil: Acima de 1200 Kg; N° portas: 02(duas) laterais (motorista e passageiro), 1(uma) lateral corrediça e 01(uma) traseira dupla sem vidros e abertura 270°.
 - a. Se possível, que seja priorizado um veículo elétrico, visando atender a redução de emissões de gases de efeito estufa, redução de custos com combustíveis e manutenções.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Deverá estar incluso nos respectivos preços o custo com o fornecimento de uniformes, equipamentos e equipamentos de proteção individual (EPIs), veículo e crachás.
- 5.5.2. Os horários de entrada e saída dos profissionais serão ajustados por cada unidade organizacional, de acordo com o horário de funcionamento da sessão de trabalho, observada a jornada mensal contratada.
- 5.5.3. Os salários dos profissionais e, nos casos de ausências, de seus substitutos, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho do sindicato representativo da categoria profissional no âmbito do Distrito Federal.
- 5.5.4. No valor ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à composição do preço, bem como quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus adicionais.
- 5.5.5. A licitante deverá apresentar planilha de custos e proposta de preços de acordo com os modelos constantes do Anexo VII-C da Instrução Normativa nº 5, de 2017, disponível no sítio eletrônico do Compras Governamentais.

5.5.6. As planilhas deverão contemplar memórias de cálculo detalhadas, discriminando a metodologia e as fórmulas adotadas para a obtenção dos valores propostos relativos a encargos, insumos e demais componentes da composição de custos e formação de preços, com a finalidade de subsidiar a análise da aceitabilidade da proposta.

5.5.7. No preenchimento da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá observar as orientações e informações constantes dos Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias profissionais envolvidas.

5.5.8. Caso o salário informado seja inferior ao piso salarial estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, a licitante deverá proceder à correção no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, vedada qualquer majoração do valor global da proposta.

5.5.9. As licitantes deverão apresentar suas propostas considerando as alíquotas e peculiaridades efetivamente praticadas, de acordo com o respectivo regime tributário.

5.5.10. Os benefícios de plano de saúde, auxílio funeral e assistência odontológica possuem caráter assistencial e não integram a remuneração do trabalhador, nos termos do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, razão pela qual não deverão ser incluídos na composição das planilhas de custos, inexistindo lei ou ato administrativo que determine sua obrigatoriedade.

Salário base mensal dos profissionais

5.6. O salário dos profissionais não poderá ser inferior aos estabelecidos em Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato ao qual a CONTRATADA ou os profissionais estejam vinculados ou ainda aos atualmente recebidos pelos profissionais que prestam serviços a CONTRATANTE por meio do contrato vigente,

5.7. A Convenção Coletiva de Trabalho para o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) 2024/2025, em anexo, estipula as seguintes condições de trabalho para os funcionários que exercem a função de coletores de resíduos:

1. Adicional de insalubridade em Grau máximo (40%) para coletores e grau médio (20%) para Motorista Manipulador;
2. As empresas ficam obrigadas a conceder mensalmente aos seus empregados, e de uma única vez, o auxílio alimentação, de acordo com a CCT vigente;
 1. Fica vedado o desconto do auxílio alimentação para as faltas justificadas;
 2. A presente parcela relativa a auxílio alimentação não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços;
 3. As empresas concederão a todos seus funcionários o valor correspondente ao auxílio Alimentação a título de 13º Ticket;
 4. O benefício estabelecido no parágrafo anterior será pago proporcionalmente.
3. Fornecer mensalmente o vale-transporte gratuitamente para os seus funcionários e funcionárias;
4. Outros auxílios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

5.8. A elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LIP) será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser realizada por profissional legalmente habilitado, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-15 e a NR-16.

5.8.1. A atribuição da elaboração do referido laudo à CONTRATADA decorre da impossibilidade de sua realização pela Administração, conforme devidamente justificado nos autos do processo, nos termos do item 112, alínea "I", do Parecer nº 00410/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU.

5.8.2. O laudo deverá contemplar, no mínimo:

- a) identificação dos agentes nocivos;
- b) avaliação qualitativa e quantitativa da exposição;
- c) verificação das condições reais de trabalho;
- d) análise da eficácia de EPC e EPI;
- e) caracterização da habitualidade e permanência da exposição;
- f) enquadramento do grau de insalubridade e/ou periculosidade, quando cabível.

5.8.3. O laudo deverá ser apresentado no prazo de até 30 dias contados do início da execução contratual, podendo ser exigidas atualizações sempre que houver alteração nas condições de trabalho.

5.8.4. Na hipótese de divergência entre o laudo pericial e os parâmetros estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho, deverá ser observado o entendimento previsto no PARECER nº 013/2025/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU.

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.10. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.10.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.10.1.1. Para todos os funcionários :

1. Camiseta masculina, manga curta, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir,
2. Calça tática masculina em tecido ripstop profissional com 6 bolsos (dois bolsos frontais na parte superior, dois bolsos laterais na altura do joelho e dois bolsos traseiro), fechamento dos bolsos em velcro), costuras reforçadas, passador para cinto, reforço entre as pernas e nos joelhos, fechamento com botão e zíper. Numeração a definir.
3. Jaleco em brim (100% algodão) comprido, mangas longa, gola tipo colarinho, abotoamento frontal, 3 bolsos frontais e comprimento abaixo dos joelhos. Numeração e cor a definir.

5.10.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.10.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto, mas deve o manter alcançável por telefone, e-mail, mensageiro instantâneo, etc. durante toda a execução dos serviços.

6.7.1. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora em até 24 horas, após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato relativos à sua competência.

6.7.2. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.7.3. A CONTRATADA poderá designar um único preposto, desde que não prejudique a qualidade dos trabalhos de representação junto à CONTRATANTE.

6.7.4. Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto à CONTRATANTE) para o desempenho de tal função

6.7.5. A CONTRATADA deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente, e com cortesia, a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, pertinentes ao contrato, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, devendo, ainda, tomar todas as providências para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

6.7.6. São atribuições do Preposto:

a) Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados nas dependências da CONTRATANTE, com auxílio dos supervisores.

b) Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização do serviço.c) Efetuar a reposição imediata da mão de obra em caso de falta.

d) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

e) Estar sempre em contato com a unidade encarregada da fiscalização pela CONTRATANTE.

f) Receber as reclamações dos Fiscais designados pela CONTRATANTE.

g) Adotar as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

h) Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho.

i) Relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços.

j) Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados.

k) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado.

l) Controlar as horas efetivamente trabalhadas por meio de controle da frequência.

m) Emitir relatório mensal com base nos registros constantes do controle de frequência, em subsídio à medição mensal, que deverá compor a fatura.

n) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA, respondendo perante o órgão por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.6.1. Verificação da frequência e pontualidade dos funcionários em seus postos de trabalho;

6.16.6.2. Verificação da qualidade da prestação dos serviços realizados pelos funcionários;

6.16.6.3. Verificação dos cumprimentos das obrigações trabalhistas e fiscais relativas aos funcionários;

6.16.6.4. Comunicar cronograma de férias dos terceirizados aos fiscais setoriais;

6.16.6.5. Averiguar entrega e qualidade dos uniformes e uso de crachá dos terceirizados semestralmente;

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os

serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1. O trabalhador deverá informar previamente sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades.

6.28.2. O responsável pela unidade de execução avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato.

6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador.

6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. A fiscalização deverá, mensalmente, verificar e registrar em relatório próprio:

- a) Comprovantes de pagamento dos salários dos empregados alocados no contrato, conforme demonstrativos de folha de pagamento, contracheques e resumo da folha;
- b) Comprovantes de recolhimento do FGTS, mediante apresentação da GFIP/SEFIP e guia de recolhimento;
- c) Comprovantes de recolhimento do INSS, mediante GPS ou DCTFWeb, incluindo a identificação dos empregados vinculados ao contrato;
- d) Comprovação de concessão dos benefícios legais (auxílio-alimentação, vale-transporte, adicionais, férias, 13º salário etc.);
- e) Verificação de entrega de EPIs e uniformes, mediante apresentação de fichas de EPI assinadas, notas fiscais e registros de entrega, conforme os itens previstos no TR e normas regulamentadoras;
- f) Regularidade fiscal e trabalhista da contratada, incluindo:
 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
 - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - Inscrição estadual/municipal atualizada, quando aplicável.
- g) Conferência do quadro de pessoal efetivamente alocado, incluindo frequência, substituições, ausências e atestação do cumprimento das jornadas.

6.33.2. A fiscalização, trimestralmente ou quando julgar necessário, deverá realizar:

- a) Verificação individualizada dos depósitos de FGTS, mediante extratos dos trabalhadores (obtidos pela própria empresa ou pela fiscalização mediante autorização);
- b) Verificação individualizada das contribuições previdenciárias (INSS), por meio de CNIS ou documentos que demonstrem a vinculação dos trabalhadores ao regime geral e o efetivo recolhimento;
- c) Análise comparativa entre valores pagos, valores recolhidos, admissões, desligamentos e substituições.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. . comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

- 6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.58 As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto na Seção 15 - [Modelo de Referência II]].

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Uso adequado e regular dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e uniformes pelos empregados alocados na execução dos serviços.

7.5.2. Disponibilização, em quantidade e qualidade suficientes, dos materiais e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados.

7.5.3. Alocação da quantidade adequada de empregados necessária à plena execução dos serviços, bem como a observância de conduta compatível com o objeto e com o local da prestação dos serviços.

7.5.4. Qualidade dos serviços prestados, observados os padrões mínimos estabelecidos no Termo de Referência.

7.5.5. Pontualidade no pagamento de salários e demais benefícios trabalhistas, nos termos da legislação vigente e da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho aplicável.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1 Para fins de recebimento provisório considerará a execução dos serviços no período de medição (mensal), devidamente comprovada pela fiscalização, mediante verificação do cumprimento das obrigações contratuais, da disponibilização dos postos de trabalho, da adequada execução das atividades previstas e do atendimento aos níveis de serviço estabelecidos.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal de referência, definido pela CONTRATANTE, podendo adotar datas específicas, atualmente, o intervalo de 15 de um mês a 16 do mês seguinte, ou outro período mensal que venha a ser estabelecido pela contratante.*

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. *o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. *A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.*

7.39.1. *O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.*

7.39.2. *A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.*

Repactuação

7.49. *Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.50. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

7.50.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja [A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.56.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA /IBGE)], com base na seguinte fórmula :

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 dias (sessenta dias), contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento .

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.87. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.89. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.90. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.91. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.92. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.93. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.93.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.93.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.93.3. Multa sobre o FGTS; e

7.93.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.94. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.95. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.96. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.97. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.98. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.99. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.100. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.101. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2 % (dois por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação , ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea mas tabelas 1 e 2 :

Tabela 1

Grau	Correspondência
01	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,7% ao dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,9% ao dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - Infração

Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	04
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01
12	Efetuar o pagamento dos salários dos empregados vinculados ao contrato, no prazo legal ou convencional, por empregado e por ocorrência.	04
13	Efetuar o pagamento de benefícios trabalhistas previstos em lei ou em Convenção Coletiva de Trabalho, tais como vale-alimentação e vale-transporte, no prazo devido, por empregado e por ocorrência.	03
14	Efetuar o pagamento de salários ou benefícios trabalhistas com atraso superior a 5 (cinco) dias úteis após o prazo legal ou convencional, por empregado e por ocorrência.	03
15	Deixar de comprovar, quando solicitado pela fiscalização, o pagamento de salários, benefícios, encargos previdenciários ou FGTS dos empregados vinculados ao contrato, por ocorrência.	02
16	Reincidir no descumprimento das obrigações trabalhistas previstas nos itens anteriores, após notificação formal, por ocorrência.	04

- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15. As infrações relativas ao descumprimento de obrigações trabalhistas, inclusive atraso ou não pagamento de salários e benefícios, serão consideradas infrações graves ou gravíssimas, por comprometerem a continuidade do serviço e a dignidade dos trabalhadores, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções administrativas cabíveis.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de [empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no(a) A Convenção Coletiva de Trabalho para o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) 2024/2025 (Acordo Coletiva de Trabalho OU Convenção Coletiva de Trabalho OU Dissídio Coletivo) nº DF000168/2024, utilizado(a) como paradigma:

- a) salário-base e adicionais conforme previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;
- b) auxílio-alimentação, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;
- c) benefícios de natureza trabalhista e remuneratória, previstos em norma coletiva aplicável, que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, excluídos os benefícios de caráter assistencial, conforme item 5.5.10 deste Termo de Referência.

9.4.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.4.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.4.3. Os valores orçados pela Administração constam na Planilha de Custos e Memória de Cálculo ambas em anexo deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação:

9.27.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.27.2. Patrimônio Líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Modelo III deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos[A20] :

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34.A comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, restringir-se-á às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto, assim consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado..

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, conforme justificativa prevista no Estudo Técnico Preliminar;

9.34.1.2. **contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;**

9.34.1.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.200.544,80 (um milhão, duzentos mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)** globais, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**:

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ação:	20RK
UO/UG/Gestão:	26271/154040/15257 - FUB
Fonte:	Recursos do Tesouro / Próprios
Programa de Trabalho Resumido (PTRES):	230639
Elemento de Despesa:	339037
PI:	VGM01N01E4N

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

~~ANEXO I[A1]~~

~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~

~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] **OU** [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.[A3]~~

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4], atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A6].~~

~~3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]~~

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]~~

~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX. [A9]~~

~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A10]~~

~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.~~

~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.~~

~~3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:~~

~~3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;~~

~~3.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;~~

~~3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;~~

~~3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e~~

~~3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;~~

~~3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.~~

~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.~~

~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;~~

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual;~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;~~

~~4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:~~

~~4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]~~

- ~~4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;~~
- ~~4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;~~
- ~~4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;~~
- ~~4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~
- ~~4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;~~
- ~~4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~
- ~~4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~
- ~~4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~
- ~~4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~
- ~~4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~
- ~~4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~
- ~~4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]~~
- ~~4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~
- ~~4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~
- ~~4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~
- ~~4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~
- ~~4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~4.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.[A15]-~~

~~4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A16]-~~

~~4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;~~

~~4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;~~

~~4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;~~

~~4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;~~

~~4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;~~

~~4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;~~

~~4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;~~

~~4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;~~

~~4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;~~

~~4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;~~

~~4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]-~~

~~4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;~~

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;~~

~~4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;~~

~~4.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.1.44.3. florestas plantadas; e~~

~~4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

~~4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

~~4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

~~4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;~~

~~4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e~~

~~4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

~~4.1.16. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:~~

~~4.1.17. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.~~

~~4.1.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

~~4.1.18.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;~~

~~4.1.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;~~

~~4.1.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.49 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.~~

~~4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.~~

~~4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:~~

~~4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.~~

~~4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.~~

~~4.1.52.. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, e capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.~~

~~4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

~~4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.~~

~~4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).~~

~~4.1.56.. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.~~

~~4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos. [A18]~~

~~4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

~~4.1.58. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico~~

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD [A19]

~~5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

~~5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

~~5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.~~

~~5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.~~

~~5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]~~

~~5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.~~

~~5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]~~

~~5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.~~

~~5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.~~

~~5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.~~

~~5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.~~

~~5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]~~

~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]~~

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

~~OU~~

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~6.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.[A24]~~

~~6.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A25]~~

~~OU~~

~~6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A26] contraentes.~~

~~6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~6.10.3. Indenizações e multas.~~

~~6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

7. DOS CASOS OMISSOS

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]~~

8. ALTERAÇÕES

~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~

~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]~~

~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

9. FORO

~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

15. Modelos de Referência

MODELO I

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponentes do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, instaurado pela Universidade de Brasília, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto, além da conformidade com o item 26 deste Termo de Referência.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 20XX.

Assinatura do responsável pela empresa

Nome do responsável pela empresa

MODELO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

Indicador - Porcentagem de efetivação das metas estabelecidas no IMR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a coleta dos resíduos perigosos da Universidade de Brasília
Meta a ser cumprida	100% das atividades de gerenciamento de resíduos
Instrumento de medição	Planilha de controle de serviços executados (Planilha de avaliação)
Forma de acompanhamento	Verificação dos itens do termo de referência (atividades e materiais fornecidos)
Periodicidade	Mensal - Anexado ao relatório de atividades
Mecanismo de cálculo	Foram atribuídos módulos de avaliação divididos de A até F e que vislumbram aspectos relevante em relação a forma de apresentação e execução dos serviços. A estes módulos de

	acordo com sua importância foram atribuídos pesos de acordo com a importância dos módulos, a avaliação do módulo multiplicado pelo peso gera a pontuação que será utilizada na parte de ajuste de pagamento.
Faixas de Ajuste do pagamento	Acima de 286 pts - 100% do serviço realizado 271- 285 pts - 97% do serviço realizado 241 - 270 pts - 95% do serviço realizado 211 - 240 pts - 93% do serviço realizado 181 - 210 pts - 90% do serviço realizado 151 - 180 pts - 85% do serviço realizado Abaixo de 150 pts - 80% do serviço realizado
Punição extrema	A existência de pontuação menor que 75 pts - 25% de serviço realizado, considerar-se-á como atingida 25% da meta, caracterizar-se-á inexecução parcial ou rescisão. Recebimento de 25% da fatura.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO

Módulo A- Situação dos Equipamentos de Proteção individual (EPI):

Descrição e critérios dos itens avaliados	Pontos
EPI adequados e disponíveis para uso - uniformes luvas, jaleco, máscaras e calçados de segurança	3
Disponibilidade parcial do EPI - falta(m) um ou mais itens	2
EPI inadequados ou utilizados incorretamente	1
Não utilizam o EPI nas situações de uso obrigatório	0

Módulo B- Situação dos uniformes:

Descrição e critérios dos itens avaliados	Pontos
Uniformizados completamente como descrito no edital e seus anexos (uniformes limpos, íntegros e portando identificação funcional)	3
Uniformes completos e sem identificação funcional (passados e limpos)	2
Uniformes incompletos e com identificação funcional (passados e limpos)	1
Uniformes incompletos e sem identificação funcional (passados e limpos)	0

Módulo C - Capacidade técnica da equipe:

Descrição e critérios dos itens avaliados	Pontos
Funcionários bem capacitados demonstrando total conhecimento dos procedimentos operacionais de coleta de resíduos na instituição	3
Funcionários bem capacitados demonstrado pouco conhecimento dos procedimentos operacionais de coleta de resíduos na instituição	2
Funcionários mal capacitados demonstrado conhecimento dos procedimentos operacionais de coleta de resíduos na instituição	1
Funcionários mal capacitados demonstrado total desconhecimento dos procedimentos operacionais de coleta de resíduos na instituição	0

Módulo D- Polidez no atendimento:

Descrição e critérios dos itens avaliados	Pontos
Demonstram cordialidade e diligência no atendimento aquele que solicitam as coletas e informações	3
Demonstram falta de simpatia mas demonstram diligência no atendimento àqueles que solicitam as coletas e informações	2
Falta de simpatia e diligência no atendimento àqueles que solicitam as coletas e informações	1
Postura desinteressada e má vontade para atendimento	0

Módulo E- Pontualidade e permanência no posto:

Descrição e critérios dos itens avaliados	Pontos
Cumpre pontualmente os horários de entrada e saída - permanece disponível para atendimento até o final do seu turno	3
Apresenta-se pontualmente mas demora a iniciar os serviços	2
Apresenta atrasos eventuais e ausenta-se regularmente, com justificativa plausível	1
Apresenta atrasos, não cumpre totalmente o turno e não justifica ausências.	0

Módulo F- Comportamento durante a execução das coletas:

Descrição e critérios dos itens avaliados	Pontos
---	--------

Funcionário se apresentou totalmente - paramentado uniforme, identificação, EPI e equipamentos auxiliares (carrinhos de transporte). Realizando a coleta de forma segura, tranquila e adequada às normas de coleta implementadas pelo setor.	3
Funcionário se apresentou totalmente - paramentado uniforme, identificação, EPI e equipamentos auxiliares (carrinhos de transporte). Realizou a coleta com pouca segurança, mas de forma tranquila e de acordo com as normas implementadas pelo setor.	2
Funcionário se apresentou totalmente - paramentado uniforme, identificação, EPI e sem os equipamentos auxiliares (carrinhos de transporte). Realizou a coleta com pouca segurança e de forma agitada em desacordo com as normas implementadas pelo setor.	1
Funcionário se apresentou totalmente - paramentado uniforme, identificação, EPI e sem os equipamentos auxiliares (carrinhos de transporte). Realizou a coleta de forma insegura com fortes sinais de pressa e em desacordo com as normas implementadas pelo setor.	0

Resultados das avaliações de qualidade:

O total de avaliação pelos módulos será multiplicado por um fator (Peso de avaliação) para atribuir pesos, compondo assim a pontuação obtida como resultado da avaliação dos serviços.

Módulo	Avaliação obtida (0 a 3)	Peso da Avaliação	Pontuação máxima
A	3	20	60
B	3	10	30
C	3	20	60
D	3	15	45
E	3	15	45
F	3	20	60
Resultado da avaliação:			300

Ao final de cada período mensal, será obtida a soma da pontuação referente à avaliação da qualidade dos serviços de coleta. o valor encontrado será utilizado para o ajuste do valor do pagamento conforme descrito a seguir.

Faixa de ajuste do IMR	Percentual da Meta (%)	Fator de Correção do IMR (FC)
Acima de 286 pts	100	1,00

271 - 285 pts	97	0,97
241 - 270 pts	95	0,95
211 - 240 pts	93	0,93
181 - 210 pts	90	0,90
151 - 180 pts	85	0,85
Abaixo de 150 pts	80	0,80

VPG = FC X VMC

Onde :

- VPG = Valor para pagamento
- FC = Fator de correção IMR
- VMC = Valor mensal do contrato

Fiscal do contrato

Matrícula FUB

MODELO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR

À [Nome da Instituição Pública]

Ref.: Processo nº _____ / Edital nº _____

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à [endereço completo], neste ato representada por seu(sua) [cargo do representante legal], Sr.(a) [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os devidos fins, que:

1. Na presente data, um doze avos (1/12) da soma dos contratos firmados por esta empresa com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido da empresa, atendendo ao requisito previsto no Termo de Referência.
2. A presente declaração é acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social, elaborada conforme as normas contábeis vigentes e assinada por contador devidamente registrado no CRC.
3. Caso haja divergência superior a 10% (dez por cento) entre os valores aqui declarados e a receita bruta informada na DRE, apresentamos, em anexo, justificativa técnica e contábil que demonstra e fundamenta a diferença identificada.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

[Local], ____ de _____ de ____.

[Nome do Representante Legal]
[Cargo]
[Assinatura]

[Nome do Contador Responsável]
CRC nº _____
[Assinatura]

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO FERREIRA PEREIRA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:13:59.

BARBARA ALCANTARA FERREIRA LIMA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:14:00.

SILVIO PARREIRA DA ROCHA JUNIOR

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:22:14.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

Estudo Técnico Preliminar 12/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23106.062993/2024-14

2. Objeto

Contratação de empresa fornecedora de mão de obra e materiais/equipamentos necessários para a prestação dos serviços continuados de pessoal - coletores de resíduos de serviços de saúde e motoristas manipuladores para transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados nas dependências da Universidade de Brasília em seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas unidades dispersas, conforme condições a serem descritas nos estudos preliminares.

Sobre as quantidades e os valores da contratação:

Tabela 1 - especificação dos objeto da contratação

Item	Cargo	Descrição	CBO	Quantidade
1	Coletores de Resíduos de Saúde (RSS)	Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões. Acondicionando o lixo para seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas, lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zeram pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe.	5142-30	4 (quatro)
2	Motoristas manipuladores	Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas, valores, pacientes e material biológico humano. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência.	7823-10	2 (dois)

CATSER:

- 12750 - Manutenção/ Reparo de Carro de Transporte de Carga / Porta /Porta de Ferro/ Grade de Ferro/ Coletor de Lixo
- 15008 - Prestação de serviços de motorista

3. Descrição da necessidade

Coletores RSS - A Universidade de Brasília (UnB) ao executar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão gera resíduos considerados perigosos e não podem ser descartados da mesma maneira que os resíduos domiciliares considerados resíduos comuns devido às suas características de corrosividade, inflamabilidade, toxicidade e outros riscos associados, conforme a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 10.004/2004. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em sua Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) número 222 de 2018, classifica estes resíduos especiais gerados pela UnB como Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e regulamenta o seu gerenciamento institucional.

A Coordenação de Gerenciamento de Resíduos (SeMA/CGR) é responsável pela coleta de resíduos perigosos em todas as dependências da Universidade de Brasília (os quatro campi, a Fazenda Água Limpa, Hospitais Veterinários e os 168 laboratórios cadastrados no sistema da CGR). O quantitativo de solicitações de coleta e atividades da SeMA/CGR vem crescendo nos últimos anos, devido à ampliação da universidade com a criação de novos campi e de novos cursos, além de novas demandas geradas com a incorporação dos resíduos de serviços de saúde e ao seu conjunto de atividades. Como exemplo do crescimento do aporte de serviços pode-se observar um crescimento de solicitações de coleta ao longo dos anos.

O número de coletas foi aumentado de 21 coletas no ano de 2003, quando foi institucionalizada a coleta de resíduos químicos, para 1.827 coletas no ano de 2024. Um aumento de aproximadamente 8.700% do número de coletas desde o início das coletas de resíduos institucionais. Em 2024, foi gerenciado pela equipe da SeMA/CGR cerca de 20 (vinte) toneladas de resíduos químicos (materiais corrosivos, inflamáveis, tóxicos e outros) e cerca de 43 (quarenta e três) toneladas de resíduos biológicos (carcaças de animais usados em experimentos, resíduos de materiais biológicos e outros).

A rotina da SeMA/CGR também abarca outras atividades como por exemplo, a coleta de animais mortos nos prédios da Universidade. Atividade laboriosa que demanda um grande tempo e esforço no recolhimento das carcaças de animais que morrem em áreas de difícil acesso como forros e tubulações dos edifícios. O aumento do número de ocorrências vem causando dificuldades na execução dos outros serviços, pois demanda a movimentação dos coletores de resíduos para estas atividades.

Com base nas informações acima e nas consequências de um gerenciamento inadequado, existe a necessidade de contratação de uma empresa visando o fornecimento contínuo de mão de obra para realizar a coleta interna dos resíduos perigosos da UnB. O serviço deve ser continuado e passível de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista, visando a coleta dos resíduos que são gerados de forma contínua e que por conta de suas características não podem ficar armazenados por muito tempo nos laboratórios.

A justificativa para os itens é dada pela necessidade de uma equipe capaz de se dividir em caso de necessidade de atendimento simultâneo de algumas das situações descritas. Como por exemplo quando é necessário atender os horários dos prepostos de coleta e surge uma ocorrência de animal morto ou uma situação de necessidade de transporte de outros materiais.

O efetivo é também delimitado em consequência do aumento dos serviços realizados e da estrutura da universidade que vem crescendo com a adição de novos prédios (ULEG e expansão dos campi da UnB) e abertura de novos biotérios como o que terá sua operação iniciada no NMT. Existe também a necessidade de aumento do atendimento das demandas dos atuais prepostos de atendimento no IB e na FS/FM, em virtude do quantitativo gerado de resíduos que vem acarretando um acúmulo nos laboratórios.

Não é possível estabelecer um critério de medição para a contratação. As coletas variam muito em complexidade e tempo. Existem coletas de materiais simples e de menor risco que podem ser rapidamente realizadas, assim como existem coletas complexas com substâncias de alto risco, que devem ser realizadas com extremo cuidado. O mesmo acontece em relação frequência dos trabalhos. Existem dias onde o número de coletas e atividades é maior que em outros.

Diante do exposto, torna-se imprescindível a contratação de uma nova empresa especializada para garantir a continuidade e a eficiência da coleta e gerenciamento dos resíduos perigosos gerados pela Universidade de Brasília. Além disso, faz-se necessária a ampliação do quantitativo de profissionais, a ser detalhado posteriormente, de modo a atender à crescente demanda e assegurar a execução adequada de todas as atividades relacionadas. A contratação deverá estar plenamente adequada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, eficiência e segurança jurídica ao processo licitatório, bem como o cumprimento das normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

Caracterização do objeto como serviço comum

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos da legislação vigente, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado, amplamente conhecidas e praticadas por empresas especializadas no ramo.

As atividades a serem executadas possuem natureza rotineira, padronizada e repetitiva, não demandando soluções técnicas inovadoras, desenvolvimento intelectual específico ou métodos exclusivos, sendo plenamente possível a comparação objetiva entre as propostas apresentadas, com base em critérios previamente estabelecidos, notadamente o menor preço, observados os requisitos mínimos de qualidade e conformidade.

Ademais, os serviços contam com referências consolidadas em instrumentos coletivos de trabalho, classificação profissional definida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como práticas operacionais amplamente difundidas no mercado, o que reforça seu enquadramento como comuns e viabiliza a adoção de procedimento licitatório compatível com essa natureza.

Dessa forma, resta justificada a caracterização do objeto como serviço comum, permitindo a adequada definição do objeto, a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Da inexistência de cargos no quadro da UnB

Ressalta-se que não existem, no âmbito do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) ou em outros quadros da Universidade de Brasília, cargos específicos correspondentes às funções de:

- coletor de resíduos de serviços de saúde;
- motorista manipulador de resíduos com requisitos técnicos específicos (ex.: MOPP).

Ademais:

- as atividades demandam capacitação técnica específica, inclusive quanto ao manuseio de resíduos perigosos;
- envolvem condições especiais de trabalho, com exposição a agentes biológicos e químicos;
- exigem estrutura operacional integrada, incluindo veículos, equipamentos e EPIs específicos.

Dessa forma, as atividades não se enquadram entre aquelas desempenhadas por categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da Universidade, nos termos do art. 9º, inciso IV, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Meio ambiente (SeMA), Coordenação de Gerenciamento de Resíduos (SeMA/CGR)	Eduardo Ferreira Pereira (SeMA, Matrícula/SIAPE: 2459254)
Secretaria de Meio ambiente (SeMA), Coordenação de Gerenciamento de Resíduos (SeMA/CGR)	Bárbara Alcântara Ferreira Lima (SeMA, Mat. FUB/SIAPE: 1702309)

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para levantar e especificar os requisitos necessários foram utilizadas as seguintes fontes de informações:

- Levantamento de requisitos ocorreu por meio de leitura de Estudos Técnicos Preliminares/Termo de Referência /Editais de outros órgãos do Governo para soluções similares ou equivalentes.

Tabela 2 - contratação utilizada como referência.

Número do pregão	Ano	UASG	Instituição
043/2024	2024	987889	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Critérios e práticas de sustentabilidade:

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF /1988, ao art. 3º da Lei n.º 8.666/93 alterado pela Lei n.º 12.349 de 2010, a Lei n.º 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI /MPOG, Decreto nº 7746/2012:

- **Constituição Federal/1988:**

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Lei nº 14.133/2021

A Lei nº 14.133/2021 estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como princípio fundamental das contratações públicas (art. 5º, inciso VI), determinando que as licitações devem considerar critérios ambientais, eficiência no uso de recursos naturais e redução de impactos ambientais. A lei também prevê a adoção de práticas sustentáveis nos contratos administrativos, incluindo exigências ambientais nos editais, critérios de desempate favoráveis a soluções sustentáveis (art. 60, IV) e possibilidade de contratos de longo prazo para garantir previsibilidade e eficiência na gestão sustentável (art. 115).

- **Lei n.º 12.187/2009:**

"Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima: XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos."

- **Instrução Normativa n.º 1/2010 da SLTI/MPOG:**

"Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. Parágrafo único.

O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente".

- **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:**

"Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII - Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras."

Foram considerados também critérios de sustentabilidade ambiental conforme descritos na 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) (guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf).

- Quanto ao gerenciamento dos resíduos, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Sólidos (PGRS) elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei n.º 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resolução CONAMA n.º 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 -ANVISA.
- São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos como rejeitos:
 - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
 - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
 - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
 - outras formas vedadas pelo poder público;
 - em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

Outros requisitos:

- A licitante vencedora deverá executar o contrato observando e cumprindo todas as Normas Regulamentadoras vigentes, sejam elas de ordem sanitária, técnica, trabalhista, segurança e outras;
- Apresentar plano de contingência em caso de interrupção do processo de coleta até a disposição final do resíduo;
- A Contratada deverá estar em consonância com a legislação e normas que regulam a contratação e visando ao aumento da qualidade dos resultados do serviço e da produtividade atualmente praticada, racionalização e eficácia da gestão e fiscalização contratual;
- A contratada deverá apresentar os seguintes documentos como requisitos técnicos e ambientais:
 - **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, certificando a experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos na execução do objeto semelhante ao da contratação e da comprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) , da quantidade a ser contratada, podendo ser aceito somatório de atestados. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, tais como cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços;
 - Será considerado como compatível em característica com o objeto desta licitação a prestação de serviço, em razão da periculosidade dos resíduos a serem coletados, demandando cuidado no manejo, coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada, por representar riscos à saúde pública, devido ao risco de acidentes operacionais e/ou danos ambientais.
 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato. Ou se ainda em execução, decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
 - Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação.
 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - Os atestados de capacidade técnica deverão estar devidamente registrados perante a entidade profissional competente, acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART.
 - **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, emitida em papel timbrado pela empresa licitante e assinado pelo responsável técnico, informando que o licitante, no que couber, atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, devidamente assinada pelo responsável da licitante;
 - **Declaração de Conformidade com Normas de Segurança e Medicina do Trabalho**, emitida em papel timbrado pela empresa licitante e assinado pelo responsável técnico, atestando que a empresa licitante cumpre todas as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas pelo Ministério do Trabalho;

Para definição dos requisitos foram avaliadas as necessidades de adequação do ambiente da Universidade para viabilizar a execução contratual. Averiguando as necessidades no que tange os itens abaixo:

- Infraestrutura tecnológica? NÃO SE APLICA
- Infraestrutura elétrica? NÃO SE APLICA

- Logística de entrega pelo fornecedor? SIM
- Logística de recebimento no almoxarifado? NÃO SE APLICA
- Espaço físico onde será alocado o bem? NÃO SE APLICA
- Compatibilidade com o mobiliário do local? NÃO SE APLICA
- Recursos orçamentários? SIM
- Treinamento de quem manuseará a contratação? NÃO SE APLICA

Requisitos Técnicos - a serem incluídos no Termo de Referência:

Os Coletores de resíduos de serviços de saúde e o motorista manipulador deverão atuar junto à SeMA/CGR no gerenciamento dos resíduos perigosos dos Grupos A, B, C, D e E, especificados conforme a RDC No. 222/2018 da ANVISA.

Da Descrição dos Postos de Serviços de acordo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

Tabela 3 - Descrição sumária fornecida pelo CBO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS - CBO	CÓDIGO CBO
Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões. Acondicionando o lixo para seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas, lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe.	5142-30
Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas, valores, pacientes e material biológico humano. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência.	7823-10

Os serviços que tratam o presente Termo de Referência deverão ser executados com zelo e destreza, utilizando-se das melhores técnicas e práticas de forma a garantir a adequada prestação dos serviços de coleta de resíduos em todas as unidades da Universidade de Brasília.

Compete aos Coletores de resíduos serviços de saúde (RSS) :

- Realizar a coleta dos resíduos de serviços de saúde, classificados de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
- Realizar a coleta de materiais reciclados gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
- Auxiliar no processo de pesagem e movimentação destes resíduos na área do depósito temporário de resíduos perigosos;
- Auxiliar no processo de segregação e embalagem dos resíduos para encaminhamento para descarte;
- Realizar a segregação, triagem, pesagem e movimentação dos resíduos reciclados;
- Quando apropriado, proceder ao descarte de material;
- Realizar a manutenção (limpeza e organização) da área do depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR e dos pré-postos de coleta de resíduos;
- Realizar a entrega de reagentes vencidos em bom estado nos laboratórios da UnB decorrentes do sistema de redistribuição de reagentes coletados e utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Proceder ao recebimento dos resíduos nos laboratórios, biotérios, pré-postos de resíduos e quaisquer locais geradores de resíduos perigosos de acordo com as regras do sistema de gerenciamento de resíduos da SeMA/CGR;
- Recolher animais mortos nas instalações prediais da universidade e encaminhamento para o descarte adequado ou para o Laboratório de Patologia Veterinária (LPV) da UnB;;
- Organizar e contar as lâmpadas fluorescentes e especiais queimadas que são encaminhadas ao depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR;
- Permanecer no posto de serviço designado pela CGR, durante a jornada de trabalho, estando à disposição para atender as tarefas solicitadas pela SeMA/CGR.

Compete ao motorista manipulador:

- a. Conduzir o veículo utilizado para coleta dos resíduos perigosos;
- b. Conhecer itens de manutenção básica de veículos;
- c. Executar inspeção no veículo, observando o estado geral da bateria, pneus, sistema de freios. Para garantir que o mesmo se encontra em condições de operação;
- d. Auxiliar na manutenção (limpeza e organização) da área do depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR e dos pré-postos de coleta de resíduos;
- e. Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e condições de funcionamento satisfatórios, comunicando à SeMA/CGR qualquer irregularidade;
- f. Auxiliar na coleta, movimentação e transporte dos resíduos reciclados gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
- g. Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas ao veículo sob sua responsabilidade;
- h. Manter o veículo convenientemente limpo e abastecido;
- i. Permanecer no posto de serviço designado pela SeMA/CGR, durante a jornada de trabalho, estando a disposição para atender as tarefas solicitadas pela SeMA/CGR;
- j. Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial, bem como as demais normas e legislações vigentes;
- k. Auxiliar na coleta, armazenamento no veículo e transporte dos resíduos de serviços de saúde, classificados de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
- l. Auxiliar, a equipe técnica da SeMA, no transporte de animais mortos capturados na UnB para o encaminhamento para o Hospital Veterinário (HVET) ou para o Laboratório de Patologia Veterinária (LPV) da UnB;
- m. Auxiliar na entrega de reagentes vencidos em bom estado nos laboratórios da UnB decorrentes do sistema de redistribuição de reagentes coletados e utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- n. Auxiliar no processo de pesagem e movimentação dos resíduos na área do depósito temporário de resíduos perigosos;
- o. Auxiliar no processo de segregação e embalagem dos resíduos para o transporte ao depósito temporário de resíduos perigosos da SeMA/CGR.
- p. Realizar o transporte, quando necessário de servidores da SeMA para realização de suas atividades.

Os postos de serviços, descritos, serão alocados no Depósito Temporário de Resíduos Químicos da Coordenação de Gerenciamento de Resíduos da UnB (SeMA/CGR) e deste local serão encaminhados para a realização dos serviços de coleta nos laboratórios, biotérios e Hospitais Veterinários de pequeno e grande porte, localizadas na Universidade de Brasília e nos seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas Unidades Dispersas.

Os serviços serão prestados no âmbito da CONTRATANTE, em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a necessidade da administração pública, diariamente, de segunda a sexta-feira, não computando nesse período o intervalo para refeição e descanso, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, Acordos ou Convenções Coletivas.

Poderá ser solicitada a presença de postos de trabalho em finais de semana, feriados e demais dias sem expediente, em razão de necessidade excepcional de serviço com a respectiva compensação de jornada para o trabalhador, na forma da legislação vigente, sob controle da empresa CONTRATADA.

As 4h (quatro) horas faltantes serão laboradas aos sábados ou diluídas na semana, conforme a necessidade de serviço e a critério da CONTRATANTE sob controle da empresa CONTRATADA.

Não havendo expediente na CONTRATANTE aos sábados, poderá ser ultrapassado o período diário de 8h de 2ª a 6ª, para compensação do sábado não trabalhado.

A CONTRATANTE, mediante comunicação do Fiscal do Contrato, poderá dispensar os empregados da CONTRATADA, em razão de feriados e recessos exclusivos da CONTRATANTE, sendo que nesse caso as horas não trabalhadas pelos empregados serão creditadas no banco de horas a favor da CONTRATANTE, devendo ser planejada pela fiscalização a compensação sob controle da CONTRATADA.

Aos sábados, caso haja necessidade, poderá ocorrer solicitação do Fiscal do Contrato, no sentido de que seja colocado à disposição parte ou a totalidade dos profissionais, para que cumpram jornada de 4 (horas), as quais, por perfazerem o quantitativo apresentado no art. 7º, inciso XIII da Constituição Federal, não possuirão o poder de deferir o adicional de horas extraordinárias.

Cessão de materiais e equipamentos:

Para a realização dos serviços se faz necessário:

Deverá estar incluso nos respectivos preços o custo com o fornecimento de uniformes, EPIs e crachás e equipamentos conforme descrito no anexo I (ETP-Anexo I-Lista de EPIs e Veículo para transporte dos resíduos);

Descrição dos uniformes:

1. *Camiseta masculina, manga curta, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir,*
2. *Calça tática masculina em tecido ripstop profissional com 6 bolsos (dois bolsos frontais na parte superior, dois bolsos laterais na altura do joelho e dois bolsos traseiro), fechamento dos bolsos em velcro), costuras reforçadas, passador para cinto, reforço entre as pernas e nos joelhos, fechamento com botão e zíper. Numeração a definir.*
3. *Jaleco em brim (100% algodão) comprido, mangas longa, gola tipo colarinho, abotoamento frontal, 3 bolsos frontais e comprimento abaixo dos joelhos. Numeração e cor a definir.*

Descrição dos EPIs:

1. Bota de segurança - Bota de segurança de couro, cor preta, modelo masculino, confeccionada em vaqueta hidrofugada, curtida ao cromo, antifungo, antibactéria, palmilha de montagem antifungo/antibactéria, costurada ao cabedal no sistema strobil, solado de poliuretano bidensidade, bicolar com injeção direta no cabedal, com sistema shock absorber (absorção de impacto) e biqueira confeccionada em material resistente. Numeração a definir.
 2. Óculos de Proteção – Óculos para proteção contra impactos e respingos, lente em policarbonato com 2,2 mm de espessura, revestida com tratamento contra riscos e arranhões, haste lateral em policarbonato com ventilação, visão panorâmica.
 3. Óculos de segurança ampla visão - Óculos de segurança ampla visão, com lente de proteção em policarbonato, com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, ventilação indireta, armação em PVC flexível e elástico ajustável
- OBS.: Caso colaborador terceirizado utilize óculos de grau, os óculos de proteção fornecidos devem ter espaço suficiente para a utilização do óculos de grau.
1. Luva Nitrílica com punho e segurança - Luva de segurança confeccionada em algodão, formato anatômico, totalmente recoberta em borracha nitrílica, com resistência mecânica e química, punho de lona mais longo e firme para proteger o pulso do usuário no manuseio de tambores e bombonas. Tamanho a definir.
 2. Creme de Proteção - Creme de proteção com protetor solar para as mãos, contra água, óleo e pintura, grupo 03, especial, pote com 200 gr., isento de silicone, com validade mínima de 06 meses.
 3. Máscara com Filtro Químico - Respirador semi-facial confeccionado em silicone, flexível e atóxica, válvula de inalação, duas válvulas de exalação, conjunto de cinta articulável, aranha metálica, com um ou dois suportes para cartucho de rosca para proteção combinada contra vapores orgânicos e gases ácidos.
 - Filtro para Máscara - Filtro contra vapores orgânicos e gases ácidos.
1. Respirador semi-descartável tipo PFF-3 com válvula.
 2. Luva de PVC - Luva de PVC forrada com comprimento de 46 cm cor verde, palma áspera para proteção contra produtos químicos e áreas úmidas com a presença de detritos orgânicos. Deve ser resistente a abrasão. Tamanho a definir.
 3. Avental frontal tipo barbeiro com manga longa e elástico no punho, alças para ajuste na cintura fabricado de polietileno de alta densidade. Tamanho a definir.
 4. Boné tipo legionário - brim com abas. Tamanho a definir.
 5. Cinta ergonômica abdominal com suspensório confeccionado em material elástico de alta qualidade - para proteção da coluna e da parte lombar na movimentação de materiais pesados. Tamanho a definir.
 6. Luva nitrílica - Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, reforçada, sem pó, com resistência química para diversas atividades sem perder o tato e a sensibilidade. Tamanho a definir.
 7. Caixa de luva nitrílica descartável - do tipo para procedimentos, não estéreis, sem pó, texturizadas, ambidestras, descartáveis e de uso único para atividades de manuseamento mais sensíveis.

Todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) devem possuir o Certificado de Aprovação (CA) devidamente válido perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respeitadas as reposições previstas nas especificações do fabricante;

Veículo para coletas

1. **Veículo tipo FURGÃO:** Veículo tipo FURGÃO especializado para coleta e transporte de resíduos perigosos para atender as legislações de resíduos perigosos, zero quilômetro, cor branca, ano/modelo igual ou posterior à data da contratação, adaptado para o transporte de produtos perigosos, combustível diesel, ar condicionado, separação entre a cabine do motorista e o compartimento de carga, direção hidráulica/elétrica, capacidade para transportar três pessoas, sendo um motorista e dois passageiros; Capacidade de carga útil: Acima de 1200 Kg; N° portas: 02 (duas) laterais (motorista e passageiro), 1(uma) lateral corrediça e 01(uma) traseira dupla sem vidros e abertura 270°.
2. Se possível, que seja priorizado um veículo elétrico, visando atender a redução de emissões de gases de efeito estufa, redução de custos com combustíveis e manutenções.

Os horários de entrada e saída serão ajustados por cada unidade organizacional, de acordo com o horário de funcionamento da sessão de trabalho, obedecendo à jornada mensal contratada;

Os salários dos profissionais e em casos de ausências, de seus substitutos, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho do Sindicato no âmbito do Distrito Federal que rege as categorias profissionais que executarão os serviços;

No valor ofertado deverão estar todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, e demais despesas de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, tenham relação e possam incidir sobre o objeto licitado, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes;

A licitante deverá apresentar planilha e proposta de preço de acordo com os modelos do Anexo VII-C da IN nº 5, de 2017, que poderá ser obtida no seguinte link: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/anexo-in5-2017>.

As planilhas deverão contemplar as memórias de cálculos detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes decomposição de custos e formação de preços dos serviços, no intuito de auxiliar a análise da aceitação da proposta;

No preenchimento da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá observar as orientações/informações referentes aos Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias;

Caso o salário informado seja inferior ao piso salarial estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, o licitante deverá corrigi-lo no prazo dado pela CONTRATANTE, sendo que o ajuste não poderá implicar aumento do seu valor global;

As licitantes devem apresentar suas propostas com as peculiaridades e alíquotas efetivamente praticadas de acordo com seu regime tributário;

O benefício, "plano de saúde", "auxílio funeral" e "assistência odontológica", possuem caráter assistencial e não integram a remuneração do trabalhador, conforme dispõe o art. 458 da CLT. Portanto, os mesmos não deverão ser incluídos na composição das planilhas de custo, uma vez que não há lei ou ato administrativo equivalente.

SALÁRIO BASE MENSAL DOS PROFISSIONAIS:

O salário dos profissionais não poderá ser inferior aos estabelecidos em Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) (ETP-Anexo II- Convenção Coletiva De Trabalho 2024-2025) do Sindicato ao qual a CONTRATADA ou os profissionais estejam vinculados ou ainda aos atualmente recebidos pelos profissionais que prestam serviços a CONTRATANTE por meio do contrato vigente,

A Convenção Coletiva de Trabalho para o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) 2024/2025 estipula as seguintes condições de trabalho para os funcionários que exercem a função de coletores de resíduos:

- Adicional de insalubridade em Grau máximo (40%) para coletores e grau médio (20%) para Motorista Manipulador;
- As empresas ficam obrigadas a conceder mensalmente aos seus empregados, e de uma única vez, o auxílio alimentação, de acordo com a CCT vigente;
 - Fica vedado o desconto do auxílio alimentação para as faltas justificadas;
 - A presente parcela relativa a auxílio alimentação não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços;
 - As empresas concederão a todos seus funcionários o valor correspondente ao auxílio Alimentação a título de 13º Ticket;
 - O benefício estabelecido no parágrafo anterior será pago proporcionalmente.
- Fornecer mensalmente o vale-transporte gratuitamente para os seus funcionários e funcionárias;
- Outros auxílios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

Qualificação técnico-operacional

Para fins de habilitação, será exigida a comprovação de aptidão para a execução de serviços similares ao objeto desta contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A comprovação deverá demonstrar que o licitante executou serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade, por período mínimo de até 03 (três) anos, nos termos do art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

A exigência justifica-se em razão das características do objeto, que envolve a coleta, manejo e transporte interno de resíduos de serviços de saúde (RSS), atividade que apresenta elevado grau de complexidade e risco, demandando experiência operacional consolidada.

Trata-se de serviço contínuo e essencial, cuja execução inadequada pode acarretar riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à regularidade das atividades institucionais da Universidade.

Ademais, com base na experiência da Administração como contratante, verifica-se que a execução desses serviços por empresas sem experiência consolidada pode resultar em falhas graves, tais como descumprimento de obrigações trabalhistas, irregularidades no recolhimento de encargos e descontinuidade na prestação dos serviços.

Dessa forma, a exigência mostra-se proporcional, necessária e compatível com o objeto da contratação, não ultrapassando o limite legal e não restringindo indevidamente a competitividade.

6. Diretrizes Gerais da Contratação

O serviço a ser contratado deve seguir diversos normativos e legislações de origem federal, estadual e municipal, mais atuais disponíveis. Normas técnicas e legislações a serem observadas:

Leis, Decretos, Resoluções e Instruções Normativas:

Lei n.º 6.938/81 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências

Lei n.º 12.305/10 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

DECRETO Nº 10.936/2022 – Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto n.º 10.240/2020 – Regulamenta parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei 12.305/10) e estabelece a logística reversa para o recolhimento de resíduos sólidos de composição eletroeletrônico.

Lei n.º 7.802/89 – Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Decreto n.º 4.074/02 – Regulamenta a Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Lei n.º 11.445/07 – Lei Federal de Saneamento Básico – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Decreto n.º 7.217/10 – Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

Lei n.º 9.605/1998 - Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto n.º 875/93 – Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

Resolução CONAMA n.º 358/05– Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências

ANVISA RDC n.º 222/2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Lei Distrital n.º 4.352/2009 – Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;

Decreto Distrital n.º 33.400/2011 – Regulamenta o artigo 4º, da Lei n.º 4.352, de 30 de junho de 2009;

Decreto Distrital n.º 39.868/2019 – Regulamenta o artigo 4º, da Lei n.º 4.352/2009, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;

Resolução da Agência Nacional de Transporte Terrestre n.º 420/2004 - Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Portaria Inmetro n.º 091/2009 - Aprova a revisão dos Regulamentos Técnicos da Qualidade da área de produtos perigosos e do Glossário de Terminologias Técnicas Utilizadas nos RTQ para o Transporte de Produtos Perigosos.

Portaria Inmetro n.º 457/2008 - Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade 5 – Inspeção de Veículos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos.

Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

- NBR 7500: Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento.
- NBR 7501: Transporte Terrestre de Produtos Perigosos – Terminologia.

- NBR 7503 – Ficha de emergência e envelope para o transporte terrestre de produtos perigosos;
- NBR 8286 - Emprego da simbologia para o transporte rodoviário para produtos perigosos;
- NBR 9190: Classificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo;
- NBR 9191: Especificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo para coleta;
- NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergência no transporte terrestre de produtos perigosos;
- NBR 10.004: Classificação de resíduos sólidos;
- NBR 12807: Resíduos de Serviços de Saúde: terminologia;
- NBR 12808: Resíduos de Serviços de Saúde: classificação;
- NBR 12809: Resíduos de Serviços de Saúde: procedimentos necessários ao gerenciamento intraestabelecimentos.
- NBR 12810: Resíduos de Serviços de Saúde: especificação técnica transporte interno e externo.
- NBR 13221: Transporte terrestre de resíduos;
- NBR 14619 – Transporte Terrestre de Produtos Perigosos – Incompatibilidade química;
- NBR 14725 - Produtos químicos — Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente;
- NBR 14652: Implementos rodoviários — Coletor transportador de resíduos de serviços de saúde — Requisitos de construção e inspeção.

Normas de segurança:

- Norma Regulamentadora n.º 6 - Equipamento de proteção individual - EPI;
- Norma Regulamentadora n.º 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO;
- Norma Regulamentadora n.º 9 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;
- Norma Regulamentadora n.º 20 - Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis;
- Norma Regulamentadora n.º 25 - Resíduos Industriais;
- Norma Regulamentadora n.º 26 - Sinalização de Segurança;
- Norma Regulamentadora n.º 32 - Saúde e segurança no trabalho em serviço de saúde
- Norma Regulamentadora n.º 38 - Segurança e saúde no trabalho nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

A contratação também seguir as orientações propostas pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SINDLURB), conforme detalhado no documento abaixo:

- CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000168/2024
 - (Link: <https://seac-df.com.br/wp-content/uploads/2024/04/CONVENCAO-COLETIVA-DE-TRABALHO-2024-2025.pdf>)
 - (link: https://seac-df.com.br/wp-content/uploads/2025/05/001_Termo_Aditivo_Sindlurb.pdf)

Os serviços pretendidos na aquisição são regidos por regulamento na Universidade de Brasília ou na unidade requisitante,

- Os resíduos antes de serem entregues para destinação final são regulados internamente pelo Procedimentos de Gerenciamento de Resíduos Perigosos na Universidade de Brasília acessível através do endereço eletrônico - http://sema.unb.br/images/Noticias/2022/Procedimento_de_Gerenciamento_de_Resduos_Perigosos_da_UnB_-_ver_1.pdf

Análise das Contratações anteriores e possíveis aprimoramentos de falhas detectadas na gestão de contratações passadas:

Para a verificação de possíveis problemas relacionados a contratações anteriores a equipe de planejamento se debruçou sobre o último contrato vigente e fez as seguintes observações:

1. Adequação do contrato aos requisitos de sustentabilidade sugeridos na 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU) (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>).
2. Acompanhamento contínuo da regularidade na documentação trabalhista e dos equipamentos de proteção individual.

Diante dessas constatações, a equipe de planejamento propôs neste ETP soluções para aprimorar os procedimentos de fiscalização e esclarecer a execução do objeto. Os procedimentos estão descritos no tópico "8 - Descrição da Solução como um Todo".

7. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento, através de pesquisas em outros órgãos, identificou que em todos o atendimento da demanda é realizado através da contratação de um serviço especializado sob demanda, com dedicação exclusiva de mão de obra e contínuo.

Se trata de um serviço do tipo comum de acordo com o Art. 14. INSTRUÇÃO NORMATIVA n.º 5, DE 25 DE MAIO DE 2017.

"Art 14. Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado."

Se trata de um serviço contínuo, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer o funcionamento da universidade e levando a prejuízos sanitários, legais e patrimoniais. Deve também ser considerada sua continuidade durante mais de um exercício financeiro, conforme orienta o Art. 15 da INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 5, DE 25 DE MAIO DE 2017.

"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

Se trata de um serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, pois exige que os empregados da contratada fiquem à disposição constantemente nas dependências da contratante para a prestação dos serviços. A presença dos funcionários se faz necessária pois as demandas são variadas e se dará somente nos momentos de execução dos procedimentos de coleta para transporte.

Os trabalhadores contratados nesse processo licitatório serão alocados na área do depósito temporário de resíduos perigosos da SeMA/CGR. A sua movimentação será acionada a partir de uma demanda, solicitação de coleta de resíduos ou de uma coleta pre-agendada de forma rotineira como no caso dos prepostos de resíduos. Porém, o trabalho não possui uma característica rotineira de que permita a avaliação de forma tácita sua realização. As coletas são solicitadas e podem ter características muito variadas tanto em quantidade quanto em tempo de realização. Sendo assim não é possível determinar um parâmetro como área ou existe uma tabela referencial de preços como no caso dos serviços de limpeza e manutenção.

Os coletores e o motorista manipulador podem ser acionados a qualquer momento para realização da coletas e por isto os empregados da contratada deverão ficar o tempo de serviço à disposição da SeMA/CGR para a prestação dos trabalhos. Outro fato importante é que trabalhadores pleiteados nesta contratação necessitam de equipamentos que são muito específicos (EPI, uniformes e equipamentos diversos) que não serão passíveis de compartilhamento com outros contratos e o mesmo acontecerá com o efetivo de pessoal, não sendo possível a sua transferência para o atendimento em outros locais se não os especificados pela SeMA/CGR em seus trabalhos.

Um outro modelo de realização dos serviços pode levar a empresa a transferir algum dos contratados para outra área ou outro contrato desfalcando a equipe em caso de situações de emergência ou a alocação de um empregado sem as características adequadas para realização do trabalho levando ao aumento dos riscos de acidente que no setor podem causar tanto prejuízos de ordem material, ambiental e colocar a vida dos outros empregados ou da comunidade acadêmica em risco

Outra questão a se observar é que no modelo de postos de trabalho com dedicação exclusiva se torna mais eficiente no caso por se tratar de um número reduzido de pessoas que ficarão em um local específico e de lá realizarão as saídas a campo para coleta e os serviços internos do setor. Assim o modelo de postos de serviços também facilita a fiscalização pois é exigido no contrato que o empregado da contratada fique em seu posto durante o horário de serviço. Isto auxilia no controle e supervisão dos recursos humanos e materiais alocados no contrato.

Assim, considerando o princípio da economicidade, a Solução foi escolhida, haja vista que é a solução economicamente considerada mais viável para a Administração. Na definição da solução escolhida foram avaliados critérios de:

- Funcionalidade - SIM
- Confiabilidade -SIM
- Usabilidade - SIM
- Eficiência - SIM
- Manutenção - NÃO SE APLICA
- Padronização - NÃO SE APLICA
- Assistência Técnica - SIM

8. Descrição da solução como um todo

A Equipe de planejamento ao analisar a situação julga que a solução escolhida é simples/única, com a contratação de uma empresa que realize o fornecimento de mão de obra e materiais/equipamentos necessários para a prestação dos serviços continuados de pessoal - coletores de resíduos de serviços de saúde e motoristas manipuladores para transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados nas dependências da Universidade de Brasília em seus Campi e bem como em suas unidades dispersas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Para o atendimento da necessidade da Administração, entende-se que a melhor solução consiste em que o serviço seja prestado por empresa especializada para os serviços. A contratação a ser realizada como serviço comum. O serviço pretendido enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 2019, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, com regime de execução de empreitada por preço global, com lote/grupo único, subdividido em 2 (dois) itens (motoristas manipuladores e coletores de RSS), para escolha de empresa especializada na prestação de serviços de natureza continuada de apoio operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra, para execução de serviços auxiliares, instrumentais e acessórios.

Considerando as orientações da AGU, nas notas explicativas do modelo de Termo de Referência, e do TCU, nos Acórdãos nº 1978/2013 – Plenário e nº 1977/2013 – Plenário, a presente contratação adotará o regime de execução de empreitada por preço global, tendo em vista a eficiência na gestão contratual, bem como o fato de ser possível estimar, com adequado nível de precisão, as especificações e quantitativos do serviço, que não está atrelado a um alto nível de complexidade para sua execução.

O prazo de vigência do contrato será de 24 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (cento e vinte) meses (10 anos), na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021 e desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas. Justifica-se esse prazo pois trata-se de serviços para a manutenção da atividade operacional, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, e por haver ganho de maior vantagem econômica na manutenção e gestão contratual. A prorrogação do contrato justifica-se pela continuidade do serviço, ganho de eficiência na gestão contratual e vantagem econômica proporcionada pela manutenção de uma equipe treinada e estruturada ao longo do tempo.

Ademais, para a solução proposta observa-se no mercado abrangência sobre o objeto a ser contratado, o que confere a possibilidade de participação de diversas empresas em âmbito nacional, favorecendo a competitividade do certame e a contratação do serviço pela proposta mais vantajosa. Por fim, a solução proposta deve atender de forma satisfatória a demanda da universidade no que tange ao apoio operacional, para a execução dos serviços de forma mais eficiente e assertiva.

A solução adotada também está alinhada às diretrizes de contratações sustentáveis, garantindo o cumprimento de normas ambientais e de segurança do trabalho, bem como promovendo a competitividade e permitindo a participação de empresas de abrangência nacional. Dessa forma, a proposta possibilita a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, assegurando qualidade e eficiência na prestação dos serviços essenciais à Universidade.

Atividades:

Os Coletores de resíduos de serviços de saúde e o motorista manipulador deverão atuar junto à SeMA/CGR no gerenciamento dos resíduos perigosos dos Grupos A, B, C e E, especificados conforme a RDC No. 222/2018 da ANVISA.

Da Descrição dos Postos de Serviços de acordo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS - CBO	CÓDIGO CBO
Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões. Acondicionando o lixo para seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas, lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe.	5142-30
Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas, valores, pacientes e material biológico humano. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência.	7823-10

Os serviços deverão ser executados com zelo e destreza, utilizando-se das melhores técnicas e práticas de forma a garantir a adequada prestação dos serviços de coleta de resíduos em todas as unidades da Universidade de Brasília.

Compete aos Coletores de resíduos serviços de saúde (RSS) :

- a) Realizar a coleta dos resíduos de serviços de saúde, classificados de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB.
 - b) Realizar a coleta de materiais reciclados gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
 - c) Auxiliar no processo de pesagem e movimentação destes resíduos na área do depósito temporário de resíduos perigosos;
 - d) Auxiliar no processo de segregação e embalagem dos resíduos para encaminhamento para descarte;
 - e) Realizar a segregação, triagem, pesagem e movimentação dos resíduos reciclados;
 - f) Quando apropriado, proceder ao descarte de material;
 - g) Realizar a manutenção (limpeza e organização) da área do depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR e dos pré-postos de coleta de resíduos;
 - h) Realizar a entrega de reagentes vencidos em bom estado nos laboratórios da UnB decorrentes do sistema de redistribuição de reagentes coletados e utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
 - i) Proceder ao recebimento dos resíduos nos laboratórios, biotérios, pré-postos de resíduos e quaisquer locais geradores de resíduos perigosos de acordo com as regras do sistema de gerenciamento de resíduos da SeMA/CGR;
 - j) Recolher animais mortos nas instalações prediais da universidade e encaminhamento para o descarte adequado ou para o Laboratório de Patologia Veterinária (LPV) da UnB;;
- obs: as coletas de animais mortos estão restritas a subir em alturas inferiores a 2,0 m de acordo com o que preconiza a NR35
- obs2: as coletas se limitarão a situações onde não é necessário alterar estruturas físicas da edificação, como retirada de forro, retirada de calhas de iluminação, abertura de quadros de energia e rede de dado, telhados e outros. Nestas situações deverão ser acionadas equipes de manutenção da universidade para realizar a retirada do animal e a entrega a equipe de coleta.
- k) Organizar e contar das lâmpadas fluorescentes e especiais queimadas que são encaminhadas ao depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR;
 - l) Permanecer no posto de serviço designado pela SeMA/CGR, durante a jornada de trabalho, estando a disposição para atender as tarefas solicitadas pela SeMA/CGR.

Compete ao motorista manipulador:

- a) Conduzir o veículo utilizado para coleta dos resíduos perigosos;
- b) Conhecer itens de manutenção básica de veículos;
- c) Executar inspeção no veículo, observando o estado geral da bateria, pneus, sistema de freios, Para certeza que o mesmo se encontra em condições de operação;
- d) Auxiliar na manutenção (limpeza e organização) da área do depósito temporário de resíduos da SeMA/CGR e dos pré-postos de coleta de resíduos;
- e) Manter o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e condições de funcionamento satisfatórios, comunicando à SeMA/CGR qualquer irregularidade;
- f) Auxiliar na coleta, movimentação e transporte dos resíduos reciclados gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
- g) Comunicar ocorrências de fatos e avarias relacionadas ao veículo sob sua responsabilidade;
- h) Manter o veículo convenientemente limpo e abastecido;
- i) Permanecer no posto de serviço designado pela SeMA/CGR, durante a jornada de trabalho, estando a disposição para atender as tarefas solicitadas pela SeMA/CGR;

- j) Obedecer às normas emanadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, na condução do veículo oficial, bem como as demais normas e legislações vigentes;
- k) Auxiliar na coleta, armazenamento no veículo e transporte dos resíduos de serviços de saúde, classificados de acordo com a RDC 222/2018 da ANVISA, gerados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na UnB;
- l) Auxiliar, a equipe técnica da SeMA, no transporte de animais mortos capturados na UnB para o encaminhamento para o Hospital Veterinário (HVET) ou para o Laboratório de Patologia Veterinária (LPV) da UnB;
- m) Auxiliar na entrega de reagentes vencidos em bom estado nos laboratórios da UnB decorrentes do sistema de redistribuição de reagentes coletados e utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- n) Auxiliar no processo de pesagem e movimentação dos resíduos na área do depósito temporário de resíduos perigosos;
- o) Auxiliar no processo de segregação e embalagem dos resíduos para o transporte ao depósito temporário de resíduos perigosos da SeMA/CGR.
- p) Realizar o transporte, quando necessário de servidores da SeMA para realização de suas atividades.

Os postos de serviços, descritos no item , serão alocados no Depósito Temporário de Resíduos Químicos da Coordenação de Gerenciamento de Resíduos Perigosos da UnB (SeMA/CGR) e deste local serão encaminhados para a realização dos serviços de coleta nos laboratórios, biotérios e Hospitais Veterinários de pequeno e grande porte, localizadas na Universidade de Brasília e nos seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas Unidades Dispersas.

- Os serviços serão prestados no âmbito da CONTRATANTE, em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de acordo com a necessidade da administração pública, diariamente, de segunda a sexta-feira, não computando nesse período o intervalo para refeição e descanso, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, Acordos ou Convenções Coletivas.
 - Poderá ser solicitada a presença de postos de trabalho em finais de semana, feriados e demais dias sem expediente, em razão de necessidade excepcional de serviço com a respectiva compensação de jornada para o trabalhador, na forma da legislação vigente, sob controle da empresa CONTRATADA.
 - As 4h (quatro) horas faltantes serão laboradas aos sábados ou diluídas na semana, conforme a necessidade de serviço e a critério da CONTRATANTE sob controle da empresa CONTRATADA.
 - Não havendo expediente na CONTRATANTE aos sábados, poderá ser ultrapassado o período diário de 8h de 2ª a 6ª, para compensação do sábado não trabalhado.
 - A CONTRATANTE, mediante comunicação do Fiscal do Contrato, poderá dispensar os empregados da CONTRATADA, em razão de feriados e recessos exclusivos da CONTRATANTE, sendo que nesse caso as horas não trabalhadas pelos empregados serão creditadas no banco de horas a favor da CONTRATANTE, devendo ser planejada pela fiscalização a compensação sob controle da CONTRATADA.
 - Aos sábados, caso haja necessidade, poderá ocorrer solicitação do Fiscal do Contrato, no sentido de que seja colocado à disposição parte ou a totalidade dos profissionais, para que cumpram jornada de 4 (horas), as quais, por perfazerem o quantitativo apresentado no art. 7º, inciso XIII da Constituição Federal, não possuirão o poder de deferir o adicional de horas extraordinárias.

Uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

Para todos os funcionários :

Camiseta masculina, manga curta, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir,

Camiseta masculina, manga longa: Camiseta masculina, manga longa, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir.

Calça tática masculina em tecido *ripstop* profissional com 6 bolsos (dois bolsos frontais na parte superior, dois bolsos laterais na altura do joelho e dois bolsos traseiro), fechamento dos bolsos em velcro), costuras reforçadas, passador para cinto, reforço entre as pernas e nos joelhos, fechamento com botão e zíper. Numeração a definir.

Jaleco em brim (100% algodão) comprido, mangas longa, gola tipo colarinho, abotoamento frontal, 3 bolsos frontais e comprimento abaixo dos joelhos. Numeração e cor a definir.

Japona térmica impermeável: Japona de segurança confeccionada em tecido de náilon com forro térmico em manta acrílica. 2 bolsos externos e 1 bolso interno, além de um fechamento prático em Zíper. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos - frio, para temperatura ambiente abaixo de - 5°C. Numeração e cor a definir. CA de referência: 25175.

Cinto Tático: Cinto tático reforçado fabricado em nylon de alta resistência, ajustável e projetado para uso profissional. Possui fivela de engate rápido em metal, garantindo segurança e praticidade. Resistente à água, abrasão e impactos, adequado para trabalhos operacionais e uso externo.

Par de meia: Par de meia masculina em algodão, confortável, cano médio, na cor preta. Tamanho a definir.

OBS: Descrições visuais e quantidade se encontram disponíveis no anexo I - Lista de EPI e Veículo

A CONTRATADA deverá entregar todos os uniformes no prazo máximo de 30 dias contados da data de assinatura do contrato.

O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

Fornecer 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo substituir a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas, 01 (uma) calça tática e 01 (um) jaleco;

Substituir os itens danificados ou quando solicitado pela equipe de fiscalização do contrato, caso haja danos devido ao contato com produtos químicos ou ao uso durante as atividades laborais.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE uma amostra do uniforme antes da efetiva entrega aos funcionários para avaliação e aprovação.

Fornecer qualquer peça do uniforme sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após comunicação por escrito da CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou para os empregados.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Além dos itens relacionados, a CONTRATADA deverá fornecer todos os demais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), obrigatórios para o exercício das atividades.

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

Equipamentos de Proteção Individual (EPI):

Os EPI deverão ser fornecidos em quantidades suficientes e necessárias para garantir a proteção dos empregados e a perfeita execução dos serviços, sendo que o primeiro fornecimento deverá ocorrer no início da prestação dos serviços.

A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer tempo, a substituição daqueles EPIs que não atendam às condições mínimas de proteção dos empregados e a perfeita execução dos serviços. É de responsabilidade da CONTRATADA as despesas de aquisição, de utilização e de manutenção de todos os equipamentos disponibilizados (automóveis e lanternas), devendo garantir a disponibilidade dos equipamentos na quantidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Os EPIs deverão ser entregues mediante Termo de Responsabilidade, cuja cópia deverá ser fornecida à CONTRATANTE em anexo à próxima nota fiscal. Entretanto, a CONTRATADA não poderá repassar o custo desses EPIs aos ocupantes dos postos de serviços.

Descrição dos EPIs:

1. Bota de segurança - Bota de segurança de couro, cor preta, modelo masculino, confeccionada em vaqueta hidrofugada, curtida ao cromo, antifungo, antibactéria, palmilha de montagem antifungo/antibactéria, costurada ao cabedal no sistema strobel, solado de poliuretano bidensidade, bicolar com injeção direta no cabedal, com sistema shock absorber (absorção de impacto) e biqueira confeccionada em material resistente. Numeração a definir.
2. Óculos de Proteção – Óculos para proteção contra impactos e respingos, lente em policarbonato com 2,2 mm de espessura, revestida com tratamento contra riscos e arranhões, haste lateral em policarbonato com ventilação, visão panorâmica.
3. Óculos de segurança ampla visão - Óculos de segurança ampla visão, com lente de proteção em policarbonato, com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, ventilação indireta, armação em PVC flexível e elástico ajustável
4. Luva Nitrílica com punho e segurança - Luva de segurança confeccionada em algodão, formato anatômico, totalmente recoberta em borracha nitrílica, com resistência mecânica e química, punho de lona mais longo e firme para proteger o pulso do usuário no manuseio de tambores e bombonas. Tamanho a definir.

5. Luva de proteção anticorte com duplo banho: Luva de segurança confeccionada com fios de elastano e fibra de vidro com polietileno (HPPE – Polietileno de alta densidade), revestida com poliuretano, na face palmar e pontas dos dedos, punho com elastano e formato anatômico. Combinação única de aderência, resistência química e conforto para proteger o pulso do usuário no manuseio de tambores e bombonas. Tamanho a definir.
6. Creme de Proteção Solar - Creme de proteção com protetor solar para as mãos, contra água, óleo e pintura, grupo 03, especial, pote com 200 gr., isento de silicone, com validade mínima de 06 meses.
7. Máscara com Filtro Químico - Respirador semi-facial confeccionado em silicone, flexível e atóxica, válvula de inalação, duas válvulas de exalação, conjunto de cinta articulável, aranha metálica, com um ou dois suportes para cartucho de rosca para proteção combinada contra vapores orgânicos e gases ácidos.
 - i. Filtro para Máscara - Filtro contra vapores orgânicos e gases ácidos.
8. Respirador semi-descartável tipo PFF-3 com válvula.
9. Luva de PVC - Luva de PVC forrada com comprimento de 46 cm cor verde, palma áspera para proteção contra produtos químicos e áreas úmidas com a presença de detritos orgânicos. Deve ser resistente a abrasão. Tamanho a definir.
10. Avental frontal tipo barbeiro com manga longa e elástico no punho, alças para ajuste na cintura fabricado de polietileno de alta densidade. Tamanho a definir.
11. Boné tipo legionário - brim com abas. Tamanho a definir.
12. Cinta ergonômica abdominal com suspensório confeccionado em material elástico de alta qualidade - para proteção da coluna e da parte lombar na movimentação de materiais pesados. Tamanho a definir.
13. Luva nitrílica - Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica, reforçada, sem pó, com resistência química para diversas atividades sem perder o tato e a sensibilidade. Tamanho a definir.
14. Caixa de luva nitrílica descartável - do tipo para procedimentos, não estéreis, sem pó, texturizadas, ambidestras, descartáveis e de uso único para atividades de manuseamento mais sensíveis.

OBS.: Caso colaborador terceirizado utilize óculos de grau, os óculos de proteção fornecidos devem ter espaço suficiente para a utilização do óculos de grau.

Equipamentos:

Veículo:

Para realização do serviços a contratada deverá providenciar um veículo apropriado para o transporte de materiais perigosos e que atenda as normas vigentes:

Veículo tipo FURGÃO: Veículo tipo FURGÃO especializado para coleta e transporte de resíduos perigosos para atender as legislações de resíduos perigosos, zero quilômetro, cor branca, ano/modelo igual ou posterior à data da contratação, adaptado para o transporte de produtos perigosos, combustível diesel, ar condicionado, separação entre a cabine do motorista e o compartimento de carga, direção hidráulica, capacidade para transportar três pessoas, sendo um motorista e dois passageiros;

Capacidade de carga útil: Acima de 1200 Kg; Nº portas: 02(duas) laterais (motorista e passageiro), 1(uma) lateral corredeira e 01(uma) traseira dupla sem vidros e abertura 270°.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Como descrito anteriormente, o serviço de coleta de resíduos perigosos atua nos quatro campi, Fazenda Água Limpa e outros órgãos dispersos da UnB. O serviço é realizado de duas formas, nas unidades atendidas por prepostos (locais de armazenamento próximos às unidades), onde a equipe da SeMA /CGR recolhe os resíduos em dias e horários específicos no local e aguardam a vinda dos geradores para o recebimento, fiscalizam o acondicionamento, identificação, realizam a pesagem e o registro dos resíduos. Este modelo de preposto é utilizado no instituto de Ciências Biológicas (IB) e Faculdades de Ciências da Saúde e Medicina (FS/FM).

A segunda forma de trabalho é a coleta nos locais que não são atendidos por unidades pré-posto. Neste caso o gerador deve preencher uma solicitação de coleta através do sítio (www.sema.unb.br). Diferentemente do sistema de preposto neste caso a equipe da SeMA/CGR se encaminha aos locais e realiza a coleta dos resíduos. Igualmente são conferidos durante o recebimento o acondicionamento, identificação, realizam a pesagem e registro dos resíduos.

A equipe também é responsável por duas idas semanais aos biotérios que abrigam animais de experimento para a coleta de carcaças animais e maravalhas (palhas de gaiolas usadas para facilitar a retirada das fezes dos animais). Atualmente são atendidos os biotérios do Núcleo de Medicina tropical (NMT), Instituto de Psicologia (IP), IB e FS/FM.

Além das coletas descritas anteriormente, quinzenalmente é realizada uma coleta nos laboratórios da UnB - Faculdade de Ceilândia.

A coleta de animais mortos, excetuando as realizadas em biotérios, são realizadas por demanda. Neste caso, o setor entra em contato com a SeMA/CGR que de forma pronta encaminha a equipe para a retirada no animal morto. Muitas vezes este serviço tem que ser associado a outros serviços da prefeitura do campus (alvenaria, elétrica e etc...).

A licitação pretende contratar um lote que engloba dois itens:

Tabela 4: Descrição dos cargos alvo da presente licitação em estudo.

Item	Cargo	Descrição	CBO	Quantidade de postos
1	Coletores RSS	Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões. Acondicionando o lixo para seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas, lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe.	5142-30	4
2	Motorista Manipulador	Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas, valores, pacientes e material biológico humano. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência.	7823-10	2

O processo visa a contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, pois tem caráter essencial e permanente na sua prestação e necessita de colaboradores terceirizados alocados dentro do campus em período comercial.

A contratação almejada, em função do crescimento da demanda de serviços, aponta a necessidade de 4 (quatro) postos de coletores de Resíduos de Serviços de Saúde e 2 (dois) postos de motoristas manipuladores para auxiliar a SeMA/CGR na execução das atividades de coleta, gerenciamento e transporte dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados nas dependências da Universidade de Brasília e nos seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina.

Tabela 5- dados de atividades de coleta realizadas pelos coletores de resíduos na UnB em 2024.

Geradores		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	SubTotal
Biotérios	FS/FM	8	8	8	8	9	9	8	5	4	4	4	4	79
	IP	4	5	5	4	4	4	4	5	4	4	4	4	51
	IB	8	9	9	8	8	9	8	5	4	5	5	4	82
	NMT	4	5	5	4	4	4	4	5	4	4	4	4	51
	Site	8	8	5	12	15	15	15	13	15	15	15	12	148

Laboratórios - Campus Darcy Ribeiro	Pré-posto FS	15	28	37	31	51	31	52	46	43	39	39	39	451
	Pré-posto IB	20	27	37	36	49	45	38	59	53	37	37	35	473
Laboratórios - Campus Ceilândia (FCE)		5	5	3	6	7	13	9	9	4	15	15	4	95
Laboratórios - Campus Planaltina (FUP)		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Laboratórios - Campus Gama (FGA)		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Coleta de Nitrogênio Líquido		6	9	8	7	9	7	2	8	8	6	6	3	79
Coleta de Animal Morto		9	13	6	8	2	4	5	5	8	19	19	8	106
Coleta de materiais recicláveis		2	4	15	5	7	1	1	1	2	8	8	4	58
Coleta de materiais eletroeletrônicos		2	2	2	2	3	5	2	3	4	1	1	2	29
Coleta de resíduos provenientes de ocorrências ambientais		3	5	5	3	6	3	7	4	1	5	5	0	47
Redistribuição de reagentes químicos		2	6	9	4	6	6	4	3	14	3	3	16	76
TOTAL		96	134	154	138	180	156	160	171	169	165	165	139	1827

A contratação também deve seguir as orientações propostas pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SINDLURB), conforme detalhado no documento abaixo:

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000168/2024
(Link: <https://seac-df.com.br/wp-content/uploads/2024/04/CONVENCAO-COLETIVA-DE-TRABALHO-2024-2025.pdf>)

A justificativa para os itens é dada pela necessidade de uma equipe capaz de se dividir em caso de necessidade de atendimento simultâneo de algumas das situações descritas. Como por exemplo, quando é necessário atender os horários dos prepostos de coleta e surge uma ocorrência de animal morto ou alguma outra demanda

O efetivo é também está delimitado em consequência do aumento dos serviços realizados e das estrutura da universidade que vem crescendo com a adição de novos prédios (ULEG e expansão dos campi da UnB) e abertura de novos biotérios como o que terá sua operação iniciada no NMT. Existe também a necessidade de aumento do atendimento das demandas dos atuais prepostos de atendimento no IB e na FS/FM, em virtude do quantitativo gerado de resíduos que vem gerando um acúmulo nos laboratórios.

Não é possível estabelecer um critério de medição para a contratação as coletas variam muito em complexidade e tempo. Existem coletas de materiais simples e de menor risco podem ser rapidamente realizadas, assim como existem coletas complexas com substâncias de alto risco que devem ser realizadas com extremo cuidado. O mesmo acontece em relação a frequência dos trabalhos existem dias onde o número de coletas e atividades é maior que em outros. Por isso a necessidade de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as demandas do órgão.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.135.662,72

Estimativa do Valor da Contratação

A equipe de planejamento realizou uma estimativa para a nova contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos perigosos na Universidade de Brasília (UnB).

- O valor da contratação atual da UnB, que é de R\$ 294.011,16 para um contrato de 12 meses com 4 postos de trabalho (3 coletores e 1 motorista).
- Os valores da Convenção Coletiva atual do SindLurb/DF de 2025, que estabelece o salário do Coletor de Resíduos em R\$ 1.558,08 e do Motorista Manipulador em R\$ 2.524,41.

Composição da Estimativa

A estimativa considerou os seguintes custos por posto de trabalho:

- Salário-base conforme a Convenção Coletiva de 2024/2025;
- Encargos trabalhistas estimados em 80% sobre o salário (INSS, FGTS, 13º salário, férias, etc.);
- Benefícios como vale-alimentação, vale-transporte e seguro de vida;
- Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e uniformes para os trabalhadores;
- Estimativa de valor de um veículo.

Para o novo contrato, o número de postos foi ampliado para 6 postos de trabalho (4 coletores e 2 motoristas). Com isso, o custo total estimado para 24 meses ficou em **R\$ 1.135.662,72 (um milhão, cento e trinta e cinco mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)**.

QUADRO – RESUMO					
Escala		Custo Mensal por Posto	Postos	Total Mensal	Total Global (24 meses)
1	Coletor de Resíduos Sólidos	R\$ 6.832,86	4	R\$ 27.331,44	R\$ 655.954,56
2	Motorista Manipulador	R\$ 9.993,92	2	R\$ 19.987,84	R\$ 479.708,16
Total			6	R\$ 47.319,28	R\$ 1.135.662,72

- A planilha de custos e memória de cálculo se encontram nos anexos deste ETP.

Ressalta-se que os valores apresentados são apenas estimativas preliminares, baseadas em contratações anteriores e parâmetros da Convenção Coletiva vigente. A definição exata dos custos ocorrerá após a realização da pesquisa de preços, que integrará o Termo de Referência da contratação, assegurando maior precisão e alinhamento com os valores praticados no mercado.

Após a entrada em vigor das Instruções Normativas 147 e 148 de 2026, foi necessário a elaboração de nova planilha de custos a fim de se adaptar as exigências de ambas INs, o qual se chegou no valor final estimado :

ITEM ESPECIFICAÇÃO		CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES)
1	Coletor de Resíduos de Saúde (RSS)	19380	Posto de Trabalho	4	R\$ 7.222,97	R\$ 28.891,88	R\$ 693.405,12
2	Motorista manipulador	15008	Posto de Trabalho	2	R\$ 10.565,41	R\$ 21.130,82	R\$ 507.139,68
Total				6		R\$ 50.022,70	R\$ 1.200.544,80

A estimativa aqui apresentada permite um planejamento orçamentário mais preciso e adequado à realidade do serviço prestado pela UnB, garantindo a manutenção da operação e a segurança dos trabalhadores envolvidos.

Ressalta-se que os valores apresentados são apenas estimativas preliminares, baseadas em contratações anteriores e parâmetros da Convenção Coletiva vigente. A definição exata dos custos ocorrerá após a realização da pesquisa de preços, que integrará o Termo de Referência da contratação, assegurando maior precisão e alinhamento com os valores praticados no mercado.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada em um único lote devido ao fato dos serviços estarem relacionados intrinsecamente. Os serviços dos dois são diretamente conectados e se dependem com um grupo prestando apoio ao outro. A separação dos itens, objeto desta licitação, acarretaria num alto risco de concretização da contratação. Foi de experiência durante o processo de contratação emergencial uma dificuldade de se encontrar uma contratada com interesse em assumir um contrato com um grupo pequeno de trabalhadores. Desta forma um parcelamento pode dificultar a contratação. A separação dos itens também dificulta a coordenação das atividades relacionadas, já em lote a administração é beneficiada com a gestão do contrato sendo feita a um único mantenedor dos serviços, propiciando agilidade na resolução de problemas contratuais.

E embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em um único lote é necessária, pois um serviço prestado por um único contratado, proporciona uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os itens possuem características de atividades semelhantes, observando-se o princípio da eficiência - art. 37, caput, Constituição Federal. Assim buscamos sempre uma solução mais vantajosa para a administração, tomando medidas para evitar comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento de uma necessidade da administração da forma mais eficiente.

Além disso, a justificativa para a não aplicação do parcelamento deve estar formalmente documentada no Estudo Técnico Preliminar, conforme previsto no artigo 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e no artigo 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022. A própria Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 47, inciso II, estabelece que os serviços devem ser parcelados sempre que técnica e economicamente viável, o que não se aplica ao presente caso, uma vez que a separação dos serviços comprometeria sua funcionalidade e execução eficiente.

A fragmentação da contratação poderia gerar impactos negativos, como aumento da complexidade na gestão contratual, dificuldades na fiscalização, risco de conflitos operacionais entre contratadas e menor atratividade para o mercado, prejudicando a obtenção de propostas vantajosas para a Administração. Além disso, a separação dos serviços poderia resultar na perda de economia de escala e na falta de padronização da execução contratual, o que contraria o artigo 47, §1º da Lei nº 14.133/2021, que trata dos critérios para a aplicação do princípio do parcelamento.

O entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça essa abordagem, conforme o Acórdão 2157/2021 – Plenário, que reconhece que a unificação de serviços pode ser justificada quando há interdependência entre as atividades e necessidade de maior eficiência operacional. Assim, a decisão pela contratação em lote único não apenas assegura a continuidade e a qualidade dos serviços, como também garante a economicidade, a eficiência administrativa e a otimização dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios que regem a Administração Pública.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Da contratação objeto deste estudo, entende-se que há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes por parte da administração da UnB:

- São contratações correlatas à esta demanda e que precisam estar vigentes para a realização das atividades:

Tabela 6- contratações correlatas e que afetam a contratação em estudo.

Item	Descrição	Correlação
1	Contratação de empresa especializada em serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde. provenientes de experimentos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção (grupos A1, A2, A3, A4, A5, B e E), conforme classificação pela RDC 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Gerados nos Hospitais Veterinários e nos laboratórios da Universidade de Brasília em atividades de pesquisa, ensino e extensão.	Contrato para a destinação final dos resíduos de serviços de saúde coletados pelos coletores de RSS.
2	Contratação de empresa especializada em acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos perigosos. O lote é composto de resíduos químicos de composição variada (exemplo: solventes orgânicos clorados e não clorados, sais de metais tóxicos – sólidos e em solução, soluções corrosivas ácidas e básicas, sólidos e soluções oxidantes e redutoras, substâncias inflamáveis diversas e desconhecidas) oriundos de diferentes unidades e laboratórios da Universidade de Brasília.	Contrato para descarte de resíduos químicos coletados e processados pela SeMA/CGR
3	O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, dos serviços continuados de manutenção operacional, preventiva e corretiva, assistência de socorro mecânico-elétrico/reboque, com fornecimento de peças e acessórios, nos veículos leves e pesados que compõem a frota da Fundação Universidade de Brasília/FUB	Contrato para a manutenção do veículo utilizado nas coletas de resíduos da UnB
4	Fornecimento de Diesel Comum por Transportador Revendedor- Retalhista (TRR) para o abastecimento de maquinários e equipamentos	Fornecimento de combustíveis para o veículo da SeMA/CGR

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O processo de coleta e os coletores são partes fundamentais do processo de gerenciamento de resíduos perigosos, e sem os seus serviços a coleta de resíduos está totalmente prejudicada. O gerenciamento indevido dos resíduos perigosos vai contra aos desígnios da Lei 12.305/2010 e suas regulamentações e em caso de danos ao meio ambiente e a população, os responsáveis pela instituição podem responder criminalmente de acordo com a LEI 9.806/98 (Lei de crimes ambientais).

A contratação se encontra em consonância com os preceitos do PDI 2023-2028 da UnB, onde a UnB desenvolve ações que contribuam para a conservação ou preservação do meio ambiente e para uma integração sustentável entre a sociedade e o meio ambiente.

Também vai de encontro às políticas de saúde e segurança no trabalho, aliada as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável da UnB 2023-2027 (http://sema.unb.br/images/Noticias/2023/PLS_2023-2027_-_verso_final_22_12_23_1.pdf) que em seus objetivos estabelece a gestão de resíduos sólidos da Universidade como um de seus pilares, além da inclusão de procedimentos de compras com critérios de sustentabilidade e serviços sustentáveis através da inclusão de cláusulas sustentabilidade aos processos licitatórios da Universidade.

Os coletores de Resíduos de Serviços de Saúde também tem suas atividades ligadas ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos (PGRP) que atualmente está em sua finalização para aprovação por comissão designada para sua confecção e será um documento norteador das atividades de gerenciamento de resíduos perigosos da Universidade de Brasília.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos;
- Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição;
- Economicidade ao colocar os itens em lote, visando à contratação de uma só empresa, assim como economia por não ser necessária a contratação por licitação individual e diminuição do risco de ocorrência de um processo licitatório sem interessados devido ao baixo contingente de contratados e baixo valor do contrato frente aos outros contratos vigentes na FUB (limpeza, jardim, motoristas e outros...);
- Maior integração e harmonia entre os terceirizados, por se tratar todos da mesma empresa. Redução de riscos devido a interpretações distintas de um problema (pois somente uma empresa decidirá as medidas a serem tomadas);
- Aumento da quantidade, rapidez e qualidade do atendimento das atividades da SeMA/CGR.

Os motoristas manipuladores também tem por objetivo liberar os servidores que atualmente estão envolvidos em coleta e condução do veículo para as atividades de administração, monitoramento e futuramente atividades de pesquisa para um melhor gerenciamento dos resíduos da UnB visando a redução dos custos de resíduos para a Fundação Universidade de Brasília.

15. Providências a serem Adotadas

Não são necessárias grandes alterações para adequação de espaço pois já existe um local definido com estrutura básica para a alocação do pessoal (roupeiros, instalação elétrica, mobiliário e outras).

- Para fiscalização e gestão do contrato:

A fiscalização do contrato é uma etapa essencial para garantir sua correta execução e conformidade com as normas trabalhistas, ambientais e operacionais. Com base na Lei nº 14.133/2021, a UnB já implementa um programa contínuo de capacitação e orientação dos fiscais, abrangendo:

- a) Capacitações internas para os servidores responsáveis pela fiscalização, assegurando que compreendam as regras contratuais, obrigações da empresa contratada e diretrizes da Nova Lei de Licitações;
- b) Elaboração de manuais de fiscalização, contendo procedimentos padronizados, formulários e checklists para acompanhamento da execução do contrato;
- c) Orientações regulares sobre a fiscalização de mão de obra terceirizada, segurança do trabalho, uso correto de EPIs e cumprimento das normas ambientais e sanitárias;
- d) Monitoramento contínuo, garantindo que a empresa contratada cumpra as exigências do contrato, conforme determina o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

- Obtenção de orçamento junto aos responsáveis pelo orçamento da UnB para a realização da contratação;
- Maior divulgação e conscientização dos geradores em relação às normas para destinação ambientalmente correta dos resíduos perigosos na UnB;
- Melhorias nos modos de transporte dos resíduos perigosos intercampi:
 - Aquisição de um veículo apropriado para o transporte dos resíduos perigosos entre os 4 campi e outras unidades dispersas.

16. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação, apresenta impactos ambientais:

Tendo sido observado o Decreto nº 7.746/2012, avaliado e consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, por não haver, de forma direta, o fornecimento de materiais, tecnologias e matérias-primas não foram encontradas práticas e critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto que se pretende contratar.

Segundo a norma brasileira NBR 10.004/04 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), resíduos sólidos são definidos como resíduos em estado sólido e semissólidos, produtos da ação da indústria, de atividades domésticas, do comércio, de serviços agrícolas e de serviços hospitalares.

Segundo a RDC no. 222/2018 da ANVISA, Resíduos de Serviços da Saúde (RSS), são definidos como os oriundos de atividades realizadas em estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, como hospitais, clínicas médicas, veterinárias, odontológicas, farmácias, ambulatórios, postos de saúde, laboratório de análises clínicas, laboratórios de análises de alimento, laboratórios de pesquisa, consultórios médicos e odontológicos, empresas de biotecnologia, casas de repouso e casas funerárias. São parte importante dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) não pela quantidade, mas pelo risco de afetar à saúde ambiental e coletiva.

Dentro do grupo dos RSS os resíduos químicos, apesar de não serem o maior quantitativo, podem ser muitas vezes mais perigosos em função de suas características de inflamabilidade, corrosividade ou reatividade. Por isso necessitam de gerenciamento muito criterioso de forma que seu tratamento consiga mitigar os riscos para todos envolvidos na cadeia de gerenciamento dentro e fora dos estabelecimentos onde são gerados. O manejo inadequado dos resíduos químicos perigosos leva a riscos ambientais, que podem ultrapassar os limites do estabelecimento, podendo ocasionar prejuízos e perda da qualidade de vida da população que venha ter contato com o material descartado, no momento do seu transporte para fora do estabelecimento e seu tratamento final para destinação.

Por conta dos riscos descritos acima e a existência de um amparo legal, composto por leis e normas para a minimização dos problemas envolvendo as gestões dos resíduos sólidos de saúde, é necessário se atentar para os riscos do descumprimento das normas vigentes. Pois o descarte de maneira inadequada destes resíduos pode acarretar em impactos ambientais que podem por sua vez causar problemas de saúde na população.

Para atendimento das demandas descritas no tópico "9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas" a Universidade de Brasília instituiu a Secretaria de Meio Ambiente e em sua estrutura a Coordenação de Gerenciamento de Resíduos, Dentro dessa estrutura estão alocados 3 servidores que são responsáveis por todo gerenciamento técnico dos resíduos, atividades burocráticas e de planejamento das ações ambientais relacionadas à questão dos resíduos. Todo esse processo dificulta atuar também na condução e transporte dos resíduos durante as coletas. Assim, a necessidade de ajuda nas fases de coleta, segregação e acondicionamento, Sob supervisão da equipe técnica de servidores.

Contudo, tendo em vista que o serviço será prestado com fornecimento de mão de obra que ficará alocada nas instalações da Universidade, em observância ao inciso V, do art. 6º, da IN nº 01/2010 SLTI /MPOG, a Contratada deverá orientar seus empregados, a reduzirem o consumo de energia elétrica e de água e diminuir a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Os empregados da contratada deverão colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, de energia elétrica, de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, atuando também como facilitadores das mudanças de comportamento esperadas com estas medidas, com o intuito de mitigar quaisquer impactos ambientais decorrentes da utilização de recursos naturais, sempre primando pelo uso consciente, otimizado e evitando desperdícios.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

O serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares dos vários setores da Universidade de Brasília. O gerenciamento de resíduos perigosos é de fundamental importância na manutenção da segurança química, biológica e radioativa. Sem o serviços de coleta os resíduos tendem a se acumular nos setores expondo toda a comunidade aos riscos inerentes destes materiais além do desconforto gerado por sua degradação, principalmente no caso dos resíduos biológicos (carcaças animais, maravalhas de biotérios e resíduos contendo fezes e sangue oriundos de processos de experimentação). Além dos riscos já elencados existe a possibilidade de enquadramento nas legislações sanitárias e ambientais vigentes e suas sanções com consequente a exposição negativa da Universidade de Brasília aos diversos setores da sociedade. Esta contratação é essencial e deve-se, se possível, conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração. Isto posto, constata-se portanto que, é uma contratação viável.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Ato do Decanato de Administração nº 14/2025

EDUARDO FERREIRA PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:02:47.

Despacho: Ato do Decanato de Administração nº 14/2025

BARBARA ALCANTARA FERREIRA LIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:03:43.

Despacho: Ato do Decanato de Administração nº 14/2025

SILVIO PARREIRA DA ROCHA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:05:03.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

(Processo Administrativo nº 23106.062993/2024-14)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A
EMPRESA.....

A Universidade de Brasília com sede no Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Brasília-DF, criada pela Lei 3.998, de 15/12/61, instituída pelo Decreto 500, de 15/01/62, inscrita no CNPJ sob o nº 00038174/0001-43, neste ato representada pelo Decano de Administração, JEREMIAS PEREIRA DA SILVA ARRAES, matrícula FUB 1039938, brasileiro, casado, residente nesta cidade, credenciado por delegação de competência, por meio do Ato da Reitoria nº 1523/2024 de 26/11/2024, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23106.062993/2024-14 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de fornecimento de mão de obra e materiais/equipamentos necessários para a prestação dos serviços continuados de pessoal - coletores de resíduos de serviços de saúde e motoristas manipuladores para transporte dos resíduos de serviços de saúde gerados nas dependências da Universidade de Brasília em seus Campi de Brasília, Ceilândia, Gama e Planaltina, bem como em suas unidades dispersas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR TOTAL GLOBAL (24 MESES)
1	Coletor de Resíduos de Saúde (RSS)	19380	Posto de Trabalho	4	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXXX,XX
2	Motorista manipulador	15008	Posto de Trabalho	2	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXXX,XX
Total				6	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXXXX,XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLAUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados do(a) da assinatura, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxxxx)~~, perfazendo o valor total de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxxxx)~~.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - PERÍODO PREPARATÓRIO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO

8.1. Antes do início da execução contratual e da efetiva disponibilização dos postos de trabalho, poderá ser estabelecido período preparatório, destinado à adoção das providências necessárias à adequada execução do objeto, nos termos do art. 92, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Durante esse período, a CONTRATADA deverá:

- 8.2.1. apresentar e disponibilizar a equipe de trabalho;
- 8.2.2. comprovar o fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- 8.2.3. disponibilizar veículos, equipamentos e materiais necessários;
- 8.2.4. realizar alinhamento operacional com a fiscalização e a área demandante;
- 8.2.5. ajustar rotinas, fluxos e locais de execução dos serviços;
- 8.2.6. sanar eventuais pendências administrativas ou operacionais.

8.3. O período preparatório não será considerado como início da execução contratual para fins de pagamento, o qual somente ocorrerá após a efetiva disponibilização dos postos e início das atividades.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir,

admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 dias (sessenta);

9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.25. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto alcançável por telefone, e-mail,

mensageiro instantâneo, etc. durante toda a execução dos serviços.

10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

10.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

10.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

10.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

10.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

10.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

10.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

10.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

10.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação

10.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de

obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

10.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessação de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

10.57. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

10.57.1. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

10.58. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

10.58.1. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

10.58.2. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

10.58.3. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

10.58.4. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. ;

10.58.5. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

10.58.6. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

10.59. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

10.60. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

10.61. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

10.62. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

10.63. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

10.63.1. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

10.63.2. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

10.63.3. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

11.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

15.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.8.3. Das indenizações e multas.

15.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

15.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

15.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

15.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

15.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

15.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

15.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

15.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

15.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da

consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: 26271/154040/15257 - FUB
- II - Fonte de Recursos: Recursos Próprios / Tesouro
- III - Programa de Trabalho: 230639
- IV - Elemento de Despesa: 339037
- V - Plano Interno: VGM01N01E4N
- VI - Nota de Empenho: -----

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



Documento assinado eletronicamente por **PAULA EUGENIO DOS SANTOS, Contador(a) do Decanato de Administração**, em 12/05/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14217187** e o código CRC **8A5DDEB5**.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

Processo nº 23106.062993/2024-14

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades." (NR)



Documento assinado eletronicamente por **PAULA EUGENIO DOS SANTOS, Contador(a) do Decanato de Administração**, em 12/05/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14217692** e o código CRC **81CF3463**.

Referência: Processo nº 23106.062993/2024-14

SEI nº 14217692

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, CNPJ: 00.038.174/0001-43, Brasília/DF, CEP 70910-900

Telefone: , Site - <http://www.unb.br>

ANEXO I – JUSTIFICATIVA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

O valor do salário, base para o cálculo da remuneração, foi definido conforme piso salarial constante na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 anexa.

Salário Base

Posto de serviço	Dispositivo	Vigência	Registro	Valor (R\$)
Coletor	CCT 2025/2025	01/01/25 a 31/12/25	DF000168/2025	1.558,08
Motorista	CCT 2025/2025	01/01/25 a 31/12/25	DF000168/2025	2.524,41

Nota 1: Deverão ser acrescidos 40% sobre o salário-mínimo vigente a título de **adicional de insalubridade**.

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 – 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS.

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
A. 13º Salário	8,33%	$[(1/12) \times 100] / 100 = 8,33\%$	Art. 7º, VIII, CF/88; Parágrafo Único, Art. 1º do Decreto n. 57.155/65.
B. Férias + Adicional de Férias	12,10%		Art. 7º, VIII, CF/88.
C. Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º salário e adicional de férias	7,15%	$(A+B) \times 36,80\%$	

Cálculo: Base de Cálculo x Percentual

Item A. 13º salário

Base de Cálculo: Módulo 1.

Percentual: 8,33%.

Item B. Férias + Adicional de Férias

Base de Cálculo: Módulo 1.

Percentual: 12,10%.

Valor do Adicional: Base de Cálculo x Percentual.

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES.

Item	%	Fundamento
A. INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B. Salário Educação	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82.
C. SAT	3%	Decretos nº 3.048/1999 e nº 6.957/2009.
D. Sesi/SESC	1,50%	Art. 3º, Lei nº 8.036/90.
E. SENAI/SENAC	1,00%	Decreto nº 2.318/86.
F. SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90.
G. INCRA	0,20%	Lei nº 7.787/89 e DL nº 1.146/70.
H. FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF
Total	36,80%	

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS)

Valor do Encargo: Base de Cálculo x Percentual.

Base de Cálculo: Módulo 1

Percentual: 28,80%. É a soma dos encargos referentes a parcelas do INSS, quais sejam:

A. INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B. Salário Educação	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82.
C. SAT	3%	Decretos nº 3.048/1999 e nº 6.957/2009.
D. Sesi/SESC	1,50%	Art. 3º, Lei nº 8.036/90.
E. SENAI/SENAC	1,00%	Decreto nº 2.318/86.
F. SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8.154/90.
G. INCRA	0,20%	Lei nº 7.787/89 e DL nº 1.146/70.
Total	28,80%	

C.SAT = RAT x FAP, em que:

RAT – 3% - alíquota máxima possível, conforme Decretos n. 3.048/1999 e n. 6.957/2009.

FAP – 2,000 – maior valor possível, conforme Decreto nº 6.957/2009.

Nota 1: O Seguro de Acidente de Trabalho – SAT/GIIL-RAT corresponde aos percentuais 1%, 2% ou 3% dependendo do grau de risco de acidente do trabalho, prevista no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991.

Nota 2: A licitante deve preencher o item C.SAT das planilhas de composição de custos e formação de preços com o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)

Valor do Encargo: Base de Cálculo x Percentual.

Base de Cálculo: Módulo 1

Percentual: 8%.

H. FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF
---------	-------	---

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS.

A) Vale transporte: O vale transporte foi baseado no preço da passagem do transporte coletivo,

trajeto de ida e volta residência/UnB:

Base de Cálculo: Valor do vale transporte x n. de passagens necessárias diariamente x n. de dias úteis trabalhados subtraído da dedução legal, portanto:

$[(2 \times VT \times DT) - (6\% \times SB)]$, onde:

2 = Quantidade de trechos estimada

VT = Valor da tarifa

DT = Dias trabalhados

6% = Dedução legal estipulada pela lei n. 7.418/85 e Inciso I, Art. 9º e Art. 10º do Decreto n. 95.247, de 17 de novembro de 1987.

SB = Salário Bruto

B) Auxílio alimentação: O valor do auxílio alimentação foi calculado de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho, Cláusula Nona. A ver:

As empresas ficam obrigadas a conceder, a cada 30 (trinta) dias, aos seus empregados, e de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados, o auxílio-alimentação no valor de R\$ 1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais) a partir janeiro de 2024 e de **R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)** a partir de janeiro de 2025. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Base de Cálculo: Valor do Auxílio Alimentação x n. de dias úteis trabalhados, portanto:

$(AA \times 22)$, onde:

AA = Auxílio Alimentação

22 = Dias trabalhados

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

SUBMÓDULO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO - AVISO PRÉVIO INDENIZADO E AVISO PRÉVIO TRABALHADO

Item	%	Memória de cálculo	Fundamento
A. Aviso prévio indenizado¹	0,42%	$\{[0,05 \times (1/12)] \times 100\}$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss, CLT.
B. Inc. do FGTS sobre o aviso prévio indenizado.	0,03%	$(0,08 \times 0,42) \times 100$	Súmula n.º 305 do TST.
C. Aviso prévio trabalhado³	1,94%	$\{[(1/30) \times 7] \times 12\}$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss, CLT.
D. Inc. do módulo 2.2 sobre o aviso trabalhado	0,72%	$(36,80\% \times 1,94)$	Art. 1º da Lei Complementar 110, de 2001.
E. Multa FGTS sobre aviso prévio trabalhado	4%	$[rem \times 8\%] \times ((0,4) + (0,1))$	Art. 9º da Lei 7.238, de 1984.
Total	7,11%		

NOTA 1: De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo

de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).

NOTA 2: Haja vista a edição da Lei n. 13.393, 11 de dezembro de 2019, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da lei complementar n.100/2011, o percentual máximo para a rubrica de Multa sobre FGTS Aviso prévio Trabalhado é de 4%.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS

Item	%	Memória de Cálculo	Fundamento
A. Ausências Legais¹	0,82%	$[(1/30) \times 2,96] / 12]$	Art. 473 da CLT.
B. Licença paternidade²	0,03%	$[(1/30) \times 5] / 12] \times 0,02]$	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da CLT.
C. Acidente de trabalho³	0,25%	$[(1/30) \times 0,91] / 12]$	Art. 19 a 23 da Lei n.º 8.213/91.
D. Afastamento Maternidade⁴	0,01%	$[(1 + (1/3)) \times 0,3333] / 12] \times 0,002983]$	CF/88 (Art. 6º e 201); CLT (Art. 392); Jurisprudência - TST SDI1 44 - vide apêndice
Total	1,11%		

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

Os insumos, que abrangem os uniformes e equipamentos específicos para cada posto, estão devidamente expressos em quadros demonstrativos na Planilha de Custos Estimada.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

O percentual do Lucro e Custos Indiretos e Lucro utilizado levou em consideração o percentual máximo sugerido no Acórdão 2.369/2011 – TCU – Plenário -, sendo 5% Para Custos Indiretos e 5% para Lucro.

TRIBUTOS

Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de **Lucro Real**, onde as alíquotas de PIS e COFINS seguem o regime de incidência não cumulativa, sendo de 1,65% e 7,6%, respectivamente. Lembrando que, esse percentual pode variar de acordo com o regime tributário ao qual a licitantes está enquadrada. Para fins de planilha de custo estimada, utilizamos o percentual máximo.

No que tange ao ISS, consideramos a alíquota máxima de 5%. Dispõe o artigo 8º da Lei n. 116/03 que:

Art. 8º As alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes:

I – (VETADO)

II – demais serviços, 5% (cinco por cento).

QUADRO – RESUMO					
Escala		Custo Mensal por Posto	Postos	Total Mensal	Total Global (24 meses)
1	Coletor de Resíduos Sólidos	R\$ 7.222,97	4	R\$ 28.891,88	R\$ 693.405,12
2	Motorista Manipulador	R\$ 10.565,41	2	R\$ 21.130,82	R\$ 507.139,68
Total			6	R\$ 50.022,70	R\$ 1.200.544,80

CCT 2025

ITEM	VALOR
Salário Base Coletor	R\$ 1.558,08
Salário Base Motorista	R\$ 2.524,41
Tarifa de Ônibus	R\$ 9,30
Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 1.400,00
Salário Mínimo Vigente	R\$ 1.518,00
Adicional de Insalubridade	R\$ 607,20

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Posto: Coletor de Resíduos Sólidos

Módulo 1 - Composição da Remuneração

Submódulo 1.1 - Remuneração de Natureza Salarial

1.1	Remuneração de Natureza Salarial	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 1.558,08
B	Adicional de Insalubridade	R\$ 607,20
Total		R\$ 2.165,28

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 180,37
B	Adicional de Férias (terço constitucional de férias)	12,10%	R\$ 262,00
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Adicional de Férias	7,52%	R\$ 162,79
Total			R\$ 605,16

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 433,06
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 54,13
C	SAT - GIL/RAT	3,00%	R\$ 64,96
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 32,48
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 21,65
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,99
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,33
H	FGTS	8,00%	R\$ 173,22
Total		36,80%	R\$ 796,82

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 315,72
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 1.400,00
Total		R\$ 1.715,72

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 605,16
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 796,82
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.715,72
Total		R\$ 3.117,70

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3.1	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	API- Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 9,02
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,72
C	APT - Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 42,10
D	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	R\$ 15,49
E	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 1,68
Total		7,11%	R\$ 69,02

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente
Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Ausências Legais	0,82%	R\$ 17,80
B	Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 0,60
C	Ausência por acidente de trabalho	0,25%	R\$ 5,47
D	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 0,24
Total		1,11%	R\$ 24,12

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 24,12
Total		R\$ 24,12

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 241,74
Total		R\$ 241,74

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 280,89
B	Lucro	5,00%	R\$ 294,94
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (pis)	1,65%	R\$ 119,18
	C.1. Tributos Federais (cofins)	7,60%	R\$ 548,95
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	R\$ 361,15
Total			R\$ 1.605,10

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR POSTO DE TRABALHO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por posto de trabalho)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.165,28
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.117,70
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 69,02
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 24,12
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 241,74
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 5.617,86
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 1.605,10
Valor Total por Trabalhador		R\$ 7.222,97
Valor Total por Posto de Trabalho		R\$ 7.222,97

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Posto: Motorista Manipulador

Módulo 1 - Composição da Remuneração

Submódulo 1.1 - Remuneração de Natureza Salarial

1.1	Remuneração de Natureza Salarial	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 2.524,41
B	Adicional de Insalubridade	R\$ 607,20
Total		R\$ 3.131,61

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 260,86
B	Adicional de Férias (terço constitucional de férias)	12,10%	R\$ 378,92
Subtotal			
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Adicional de Férias	7,52%	R\$ 235,44
Total			R\$ 875,23

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 626,32
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 78,29
C	SAT - GIL/RAT	3,00%	R\$ 93,95
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 46,97
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 31,32
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,79
G	INCRA	0,20%	R\$ 6,26
H	FGTS	8,00%	R\$ 250,53
Total		36,80%	R\$ 1.152,43

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 257,74
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 1.400,00
Total		R\$ 1.657,74

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 875,23
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.152,43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.657,74
Total		R\$ 3.685,40

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3.1	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	API- Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 13,05
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 1,04
D	APT - Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 60,89
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	R\$ 22,41
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 2,44
Total		7,11%	R\$ 99,83

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
B	Ausências Legais	0,82%	R\$ 25,75
C	Licença-Paternidade	0,03%	R\$ 0,87
D	Ausência por acidente de trabalho	0,25%	R\$ 7,92
E	Afastamento Maternidade	0,01%	R\$ 0,35
Total		1,11%	R\$ 34,88

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	R\$ 34,88
Total		R\$ 34,88

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 241,74
B	Veículo	R\$ 1.024,08
Total		R\$ 1.265,83

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 410,88
B	Lucro	5,00%	R\$ 431,42
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (pis)	1,65%	R\$ 174,33
	C.1. Tributos Federais (cofins)	7,60%	R\$ 802,97
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00%	R\$ 528,27
Total			R\$ 2.347,87

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR POSTO DE TRABALHO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por posto de trabalho)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.131,61
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.685,40
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 99,83
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 34,88
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 1.265,83
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ 8.217,54
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.347,87
Valor Total por Trabalhador		R\$ 10.565,41
Valor Total por Posto de Trabalho		R\$ 10.565,41

Item	Descrição	Quantidade anual	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média unitária	Total estimado
1	Camiseta masculina, manga curta: Camiseta masculina, manga curta, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir.	3	R\$ 29,90	R\$ 32,90	R\$ 69,90	R\$ 44,23	R\$ 132,70
2	Camiseta masculina, manga longa: Camiseta masculina, manga longa, tecido em malha Piquet, 50% poliéster e 50% algodão. Numeração e cor a definir.	1	R\$ 242,00	R\$ 72,00	R\$ 79,90	R\$ 131,30	R\$ 131,30
3	Calça tática: Calça tática masculina em tecido <i>ripstop</i> profissional com 6 bolsos (dois bolsos frontais na parte superior, dois bolsos laterais na altura do joelho e dois bolsos traseiros – fechamento dos bolsos em velcro), costuras reforçadas, passador para cinto, reforço entre as pernas e nos joelhos, fechamento com botão e zíper. Numeração a definir.	2	R\$ 219,90	R\$ 255,00	R\$ 230,00	R\$ 234,97	R\$ 469,93
4	Jaleco de segurança: Jaleco em brim (100% algodão) comprido, manga longa, gola tipo colarinho, abotoamento frontal, 3 bolsos frontais e comprimento abaixo dos joelhos. Numeração e cor a definir. OBS.: A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE uma amostra do uniforme antes da efetiva entrega aos funcionários para avaliação e aprovação.	2	R\$ 120,00	R\$ 196,55	R\$ 129,00	R\$ 148,52	R\$ 297,03
5	Japona térmica impermeável: Japona de segurança confeccionada em tecido de náilon com forro térmico em manta acrílica. 2 bolsos externos e 1 bolso interno, além de um fechamento prático em zíper. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos - frio, para temperatura ambiente abaixo de - 5ºC. Numeração e cor a definir. CA de referência: 25175.	1	R\$ 127,40	R\$ 121,29	R\$ 112,64	R\$ 120,44	R\$ 120,44
6	Cinto Tático: Cinto tático reforçado fabricado em nylon de alta resistência, ajustável e projetado para uso profissional. Possui fivela de engate rápido em metal, garantindo segurança e praticidade. Resistente à água, abrasão e impactos, adequado para trabalhos operacionais e uso externo.	1	R\$ 65,00	R\$ 71,99	R\$ 70,39	R\$ 69,13	R\$ 69,13
7	Par de meia: Par de meia masculina em algodão, confortável, cano médio, na cor preta. Tamanho a definir.	4	R\$ 21,90	R\$ 23,90	R\$ 19,90	R\$ 21,90	R\$ 87,60
8	Botina de segurança: Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em raspa, com bico de conformação, solado de poliuretano bidensidade. CA de referência: 15081.	2	R\$ 45,05	R\$ 59,40	R\$ 59,90	R\$ 54,78	R\$ 109,57
9	Óculos de segurança: Óculos de segurança constituídos de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato disponível nas cores incolor e cinza com ponte e apoio nasal injetados do mesmo material e hastes tipo espátula confeccionadas em policarbonato preto fixas ao visor através de parafuso metálico. CA de referência: 19632	1	R\$ 7,59	R\$ 9,72	R\$ 5,80	R\$ 7,70	R\$ 7,70
10	Óculos de segurança modelo ampla visão: constituídos de armação confeccionada em peça única de PVC flexível transparente com sistema de ventilação indireta composto de duas válvulas localizadas na parte superior e duas válvulas localizadas na parte inferior da armação, visor policarbonato incolor disponível nas opções com e sem tratamento. O ajuste à face do usuário é feito por meio de um tirante elástico. Os óculos cobrem toda a região em torno dos olhos do usuário. Proteção dos olhos contra partículas volantes leves	1	R\$ 22,31	R\$ 16,63	R\$ 21,38	R\$ 20,11	R\$ 20,11
11	Luva nitrílica com forro: Luva de segurança confeccionada em nitrila, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos. CA de referência: 46543.	6	R\$ 15,84	R\$ 19,26	R\$ 20,33	R\$ 18,48	R\$ 110,86
12	Luva de proteção anticorte com duplo banho: Luva de segurança confeccionada com fios de elastano e fibra de vidro com polietileno (HPPE – Polietileno de alta densidade), revestida com poliuretano, na face palmar e pontas dos dedos, punho com elastano e formato anatômico. Combinação única de aderência, resistência química e conforto para proteger o pulso do usuário no manuseio de tambores e bombonas. Tamanho a definir.	2	R\$ 27,90	R\$ 26,47	R\$ 27,77	R\$ 27,38	R\$ 54,76
13	Protetor solar: Protetor solar com fator de proteção solar (FPS): Mínimo de 30, conforme normas da ANVISA. Proteção UVA e UVB com ampla cobertura. Resistente à água e ao suor. Hipoalergênico e dermatologicamente testado. Isento de substâncias nocivas à saúde. Indicado para todos os tipos de pele, inclusive sensíveis. Livre de fragrância ou com fragrância suave. Rápida absorção e textura não oleosa. Embalagem de 120 mL com tampa de rosca ou flip-top.	1	R\$ 31,39	R\$ 26,67	R\$ 19,89	R\$ 25,98	R\$ 25,98
14	Respirador reutilizável semifacial: Respirador semifacial com corpo em material plástico rígido. Nas laterais do corpo das peças, encontram-se localizados dois dispositivos plásticos, um de cada lado, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta e de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partícu as planos. Na parte traseira de cada um dos dispositivos, encontra-se fixada uma válvula de inalação. CA de	1	R\$ 358,74	R\$ 255,14	R\$ 324,80	R\$ 312,89	R\$ 312,89
15	Filtro Combinado contra vapores orgânicos e gases ácidos: Filtro ambinado contra vapores orgânicos e gases ácidos compatível com o respirador reutilizável semifacial.	3	R\$ 61,99	R\$ 135,84	R\$ 130,80	R\$ 109,54	R\$ 328,63

16	Respirador semi-descartável PFF-3 com válvula: Respirador purificador de ar, tipo peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF- 3, com formato tipo dobrável, com solda térmica em seu perímetro.	20	R\$ 2,90	R\$ 2,39	R\$ 2,80	R\$ 2,70	R\$ 53,93
17	Chapéu com proteção de nuca: Chapéu com proteção de nuca, tipo pescador, 100% algodão, proteção contra raios solares UVA e UVB, com acabamento nas bordas, aba e fechamento frontal com velcro. Fecho em Velcro. Regulagem e acoplagem rápida garante fixação e estabilidade na cabeça. Tamanho a definir. CA de referência: 27763	1	R\$ 19,99	R\$ 18,40	R\$ 20,83	R\$ 19,74	R\$ 19,74
18	Avental de segurança em PVC forrado: Avental de segurança confeccionado em tecido poliéster revestido de PVC em ambas as faces, quatro ilhoses e dois cordões para ajustes. CA de referência: 21208.	1	R\$ 42,77	R\$ 13,00	R\$ 27,82	R\$ 27,86	R\$ 27,86
19	Avental descartável SMS laminado impermeável: Confeccionado em não tecido 100% Polipropileno com tecnologia em SMS (Spunbonded - Meltblown – Spunbonded) e laminado de polietileno. Parte interna em SMS 55g/m2 e parte externa laminado em polietileno. Totalmente impermeável, alta resistência, atóxico, hipoalergênico, garantindo excelente proteção contra vírus e bactérias, conforto, maleabilidade e segurança. Com manga raglan e punho em malha, para melhor ajuste da luva e	10	R\$ 17,00	R\$ 12,00	R\$ 38,98	R\$ 22,66	R\$ 226,60
20	Macacão de proteção contra produtos químicos: Vestimenta de segurança capaz de proteger o usuário contra infiltração e resistência a líquidos. Esta vestimenta de proteção é confeccionada em não tecido de polietileno de alta densidade com tratamento antiestático. Ou seja, o revestimento 100% polietileno ou multilaminado. O macacão possui uma abertura frontal com fechamento por zíper, capuz com elástico, assim como, elástico nos punhos e tornozelos, nas costas para proporcionar um ajuste melhor na anatomia do	2	R\$ 39,32	R\$ 83,26	R\$ 60,26	R\$ 60,95	R\$ 121,89
21	Cinta ergonômica abdominal: Cinta ergonômica abdominal com suspensório confeccionado em material elástico de alta qualidade - para proteção da coluna e da parte lombar na movimentação de materiais pesados. Tamanho a definir.	1	R\$ 69,24	R\$ 49,92	R\$ 42,23	R\$ 53,80	R\$ 53,80
22	Caixa de luvas descartáveis nitrílicas: Luva para procedimento não cirúrgico, tipo 2, nitrílica, texturizada (dedos), ambidestra, não estéril, isenta de pó. (100 unidades) CA de referência: 40093.	4	R\$ 34,85	R\$ 21,28	R\$ 32,72	R\$ 29,62	R\$ 118,47
						Total (anual)	R\$ 2.900,93
						Total (mensal)	R\$ 241,74

Item	Descrição	Quantidade	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média	Total
1	Óleo lubrificante para motor de automóveis a Diesel: Óleo 15W40 - Preço do Litro	2	R\$ 26,90	R\$ 28,42	R\$ 20,90	R\$ 25,41	R\$ 50,81
2	Filtro de óleo para automóveis	2	R\$ 82,84	R\$ 106,70	R\$ 69,65	R\$ 86,40	R\$ 172,79
3	Pneu para automóveis (unidade): 19S/70 R15C 104/102R Pneus reforçados para carga	4	R\$ 921,49	R\$ 809,90	R\$ 965,80	R\$ 899,06	R\$ 3.596,25
4	Disel (litro) - Período de coleta de 05/10/2025 a 11/10/2025 - (Estimativa de Km mensal= 600 km - Estimativa de Diesel mensal = 60L)	720	R\$ 6,03	R\$ 6,03	R\$ 6,03	R\$ 6,03	R\$ 4.341,60

CUSTO POR 1 motorista		
Valor de aquisição	R\$ 250.875,33	
Valor Residual (25%)	R\$ 62.718,83	
Duração Contrato	24	meses
Vida útil em anos	5	anos
Quilômetragem mensal por posto motorizado	600	Km
(1) Depreciação (D) mês	R\$ 1.567,97	mensais
Valor do pneu	R\$ 899,06	
Vida útil pneus	40000	km
(2) Custo com Pneus	67,5	mensais
Valor do óleo lubrificante	R\$ 25,41	litro
Valor do filtro de óleo	R\$ 86,40	
(3) Custo troca de óleo/filtro 2	50,90	mensais
Consumo de Combustível (km/Litro) 3	10	km/l
Valor médio da gasolina	R\$ 6,03	por litro
(4) Gasto mensal de gasolina	R\$ 361,80	
(5) Custo mensal unitário	R\$ 2.048,17	
(6) Custo mensal total (3 veículos) - Postos motoristas	R\$ 2.048,17	
(6) Custo mensal por posto de motorista	R\$ 1.024,08	

- Valor Residual = Valor de aquisição x 0,25 (valor residual 25%)
- (1) Depreciação = (Valor de aquisição - Valor Residual) / Vida Útil / Duração do Contrato
- (2) Custo Pneu = (((Valor do pneu x 2) / Vida útil do Pneu x2)x KM Mensal por Posto 12x36 moto diurno e noturno)
- (3) Custo troca de óleo/filtro = (((Valor do filtro + valor do óleo)/2000) x KM mensal por posto 12x36 moto diurno e noturno
- (4) Gasto Mensal Gasolina = ((Valor médio da Gasolina / Consumo de Combustível)* KM Mensal por posto 12x36 moto diurno e noturno)
- (5) Custo Mensal Unitário por Posto 12x36 moto diurno e noturno = ((1)+(2)+(3)+(4))
- (6) Custo Mensal Total por Posto 12x36 moto diurno e noturno, considerando 4 veículos = ((1)+(2)+(3)+(4))*4
- (7) Custo Mensal por Vigilante motorizado de moto = (Custo Mensal Total / 6) - Custo mensal total (6) dividido pelo número de funcionários total destes postos